



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0332/13	DATA: 21/03/2013
INÍCIO: 10h26min	TÉRMINO: 15h35min	DURAÇÃO: 05h09min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h12min	PÁGINAS: 120	QUARTOS: 61

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE - Cirurgião plástico.  
JOSÉ CIAGLIA - Presidente da Associação Atlética Portuguesa.  
RENATA GOMES NUNES - suspeita de participação em esquema de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual na Espanha.  
CLÁUDIA LUNA - Vice-Presidente do Movimento Contra o Tráfico de Pessoas — MCTP.

SUMÁRIO: Oitiva dos depoentes sobre o tema da CPI.

OBSERVAÇÕES

Audiência realizada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.  
Houve falha na gravação.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Há expressões ininteligíveis.  
Há oradores não identificados.  
A reunião foi suspensa e reaberta.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom dia a todos e a todas. Vamos dar início aos nossos trabalhos aqui.

Eu queria agradecer a presença de todos os presentes; das instituições que estão aqui; do Dr. Aldo Ivata, que é Delegado da Polícia Federal, que representa aqui o Dr. Roberto Troncon Filho; da Dra. Juliana Armede, que é do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que representa aqui a Secretaria de Justiça do Estado, nesta sessão; das demais representações aqui da sociedade civil, que nós vamos anunciar ao longo da nossa audiência.

Eu queria declarar aberta, portanto, a 45ª Reunião da CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, responsáveis, no período de 2003 a 2012, compreendido na vigência da Convenção de Palermo.

Eu sou o Deputado Arnaldo Jordy, Presidente da Comissão. Nós estamos aqui acompanhados do Deputado Luiz Couto, que é Vice-Presidente da Comissão; do Deputado José Augusto Maia, que é membro da Comissão, desta CPI; da Deputada Flávia Morais, que é Relatora da nossa CPI, de Goiás. O Deputado Luiz Couto é da Paraíba, e o Deputado José Augusto Maia, de Pernambuco.

Nós vamos aqui... Esta reunião tem por objetivo, além de ouvir as autoridades e as instituições da sociedade civil, nós vamos também fazer algumas oitivas com algumas pessoas que são convidadas e convocadas para prestarem esclarecimentos aqui na nossa CPI.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados e convocados, queria apenas registrar as normas regimentais dos nossos trabalhos. O tempo concedido aos nossos convidados será de 20 minutos, podendo ser prorrogável, de acordo com a necessidade, não podendo ser aparteados ou aparteadas. E, em seguida, cada Deputado e Deputada terá o prazo de 3 minutos, também não rígidos, para as suas indagações e os seus questionamentos, dispondo depois os nossos convidados de igual tempo para a resposta ou algum comentário.

Informamos que as pessoas que estão participando desta audiência poderão fazer manifestação, solicitando à Mesa, mas não poderão fazer perguntas aos convidados e aos convocados. Somente os Deputados têm essa prerrogativa, pelo



nosso Regimento, a que nós temos que obedecer e cumprir. Eu queria convidar o Dr. Jair Roberto Matos Orifice. É isso?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE - É.**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Orifice. Eu queria... O senhor pode sentar-se aqui? Hein! Ah! O microfone! Então, talvez fosse melhor sentar-se ali na frente, Dr. Jair, se o senhor não se importar.

Eu queria apenas me desculpar. Nós estamos aqui já iniciando os nossos trabalhos com praticamente 1 hora de atraso, em função de outras providências e informações que nós estávamos ainda colhendo — não chegaram aqui a São Paulo — no sentido do bom andamento aqui dos nossos trabalhos.

O Dr. Jair Roberto Matos Orifice é médico e tem uma clínica, em São Paulo, de cirurgia. Não é? O Dr. Jair, durante uma das nossas oitivas e das nossas investigações, foi citado — a sua clínica. Por isso nós resolvemos convidá-lo, convocá-lo aqui na CPI, no sentido de que ele possa prestar os esclarecimentos que achar conveniente. O senhor tem a prerrogativa de responder ao que achar que é conveniente. Àquilo que o senhor considerar que não seja conveniente o senhor não é obrigado. Isso é um direito constitucional.

Nós estamos aqui para ouvi-lo exatamente pelas razões que eu acabei de expor. O senhor foi citado durante uma oitiva que nós fizemos, e achamos de bom alvitre convocá-lo para que o senhor possa prestar os esclarecimentos necessários, no sentido de elucidar essa situação.

Eu não sei se tem os termos de... Já. Manuel... *(Pausa.)*

Pois bem, então, eu lhe faculto a palavra pelo prazo de 20 minutos. Se o senhor achar necessário mais, nós, evidentemente, teremos todo o interesse em lhe dar oportunidade de esclarecer.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Tem que assinar? Ah! Desculpa! Só um momentinho, que eu não assinei. *(Pausa.) (Riso.)* “Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”. Antes de mais nada, bom dia a todos os presentes. Bom dia, Deputados componentes da Mesa. Antes gostaria de explicar por que eu fui convidado, porque muitas pessoas não sabem, então, eu vou dar esclarecimento. O que ocorre é que eu sou cirurgião plástico e eu tenho uma clínica aqui em São Paulo e recebo todos os tipos de



pacientes. Não tenho preconceito nenhum. Não tenho horários individualizados. E, no caso, alguns anos atrás, por fazer algumas travestis (*falha na gravação*), inclusive que participam de programa de televisão que têm nome aqui em São Paulo, começou a chegar esse público. E a gente continuou a atender esse público normalmente, como eu falei, sem horário diferenciado, sem nada. E, neste ínterim, como é um grupo fechado, o grupo desse seguimento social, acabaram vindo muitas travestis. E, neste ínterim, veio uma que realizou uma cirurgia comigo e indicou para outras. Nessa daí, a segunda que veio dessa pessoa, que chama Emanuele, que inclusive está nos autos aí, ela veio com uma senhora chamada Telma, que se dizia dona de uma pensão onde elas moravam. Ela traria, porque as meninas não sabiam como chegar lá. Eu atendi, normalmente, como atendo todos os pacientes; fiz ficha com inscrição. Coloquei à disposição, inclusive, quando foi descoberto que, na verdade, era um cativo. Eu não tinha conhecimento, não faço parte de tráfico de ninguém. (*Riso.*) Eu sou apenas o cirurgião plástico que estava lá pra atender. E aí eu fui citado, até porque a minha clínica, ela não... Ela fica num prédio comercial, com guarita eletrônica, onde todo o mundo é identificado. Ela é... Tudo é registrado. Estão todos os registros. Inclusive coloquei à disposição da Polícia, do DHPP para entrar nos arquivos. Eles estiveram presentes lá. Coloquei-me sempre à disposição. Só que, eu acho assim, o único elo que me une a esse tráfico é ter feito cirurgia em algumas travestis (*riso*) que faziam parte dessa casa. Fora isso, se fosse do meu interesse realmente fazer parte de uma quadrilha, eu não faria com o meu nome nem faria dentro do meu consultório. Eu estaria fazendo numa clínica clandestina, com nome falso por aí, em primeiro lugar. Em segundo, nem houve dificuldade de me encontrar, porque na bolsa das meninas havia receitas minhas e cartões meus. Por isso que eles me identificaram, porque eu, inclusive na minha inocência, distribuía os cartões. Falava: “*Se você gostou do meu serviço, indique pra outra pessoa*”. Em nenhum momento, eu estava lá fazendo parte de uma quadrilha. Senão, seria muita tolice da minha parte usar o meu nome e o meu lugar pra fazer parte de uma quadrilha e ser encontrado facilmente. Só que isso repercutiu na imprensa, eu fui chamado, e em todo momento eu fiz a colaboração, inclusive com as câmeras lá do prédio, solicitei que fosse mostrado, participei de todo o processo. Eu estou vindo aqui só pra se tiver algum outro esclarecimento, porque eu posso



confirmar que participação quanto a tráfico ou prostituição não é a minha área de atuação. Isso, com certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Dr. Jair, pelos seus esclarecimentos. Só para tranquilizá-lo, o senhor não está aqui sendo ouvido na condição de...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - De réu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - ... de acusado. Exatamente. O senhor está aqui exatamente porque foi citado. O senhor já prestou informações, parece-me, ao Ministério Público e ao inquérito policial que investiga este caso, e nós estamos aqui, por dever de ofício, para ouvi-lo e lhe dar a oportunidade de prestar todos os esclarecimentos que o senhor achar convenientes, no sentido de elucidar essa situação.

Eu faculto a palavra aos nossos Deputados e à Deputada Relatora pra fazerem as suas considerações, se houver necessidade.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Bom dia a todos. Eu queria cumprimentar o Governo de São Paulo, na pessoa da coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que já esteve na nossa CPI em Brasília, apresentando os trabalhos que são realizados aqui no Estado, e cumprimentar os Deputados colegas que fazem parte aqui conosco e o Dr. Jair. Dizer, como disse o Deputado Arnaldo Jordy, que a nossa intenção é justamente juntar as peças pra que a gente possa contribuir na elucidação desse tipo de tráfico.

Eu queria fazer algumas perguntas pro senhor. O senhor percebeu que a Telma estava aliciando alguns jovens? O fato de ela estar acompanhando alguns jovens ao seu consultório não levantou suspeita?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Deputada, respondendo, a primeira pessoa que veio — por isso que não levantou suspeita — foi uma das moças que trabalhavam lá e veio sozinha ao meu consultório. Chama-se Emanuele — eu não lembro agora o nome social dela, apenas Emanuele. Inclusive, ela me liga de vez em quando, querendo fazer novas cirurgias, essa Emanuele, que é minha paciente. Então, não deu pra... Porque, pelo que eu vejo na novela, hoje vem tudo... é uma coisa meio que vem um segurança. Não, ela veio normalmente, fez e indicou. A única dúvida que eu tive — não foi uma dúvida, foi uma curiosidade — é que uma



das meninas, eu perguntei assim: *“Por que todo o mundo vem de Belém?”* Ela falou assim: *“Porque todo o mundo se conhece lá”*. Então, já vem uma indicação pra ficar nessa pensão. Outra vez, eu perguntei: *“Vocês sofrem alguma coisa?”* Não foi bem essa pergunta. Eu perguntei assim: *“Como é lá? É legal lá onde vocês estão?”* Porque eu estava com a curiosidade mesmo de conhecer. Ela falou: *“Não, é legal. Se o senhor quiser, o senhor pode ir até lá visitar. Vai lá um dia visitar a gente.”* Nunca passaria na minha cabeça que estariam me convidando pra ir a um cativoiro. Enquanto médico, chegaria lá e vai pra um cativoiro visitar. Depois que eu tive mais contato, eu pude ficar mais livre. Então, até mesmo, se os senhores quiserem, eu até encaminhinho, nas fichas de inscrição, elas colocam que são cabeleireiras, elas colocam que são maquiadoras. Em nenhum momento, eu posso ter a indelicadeza de falar, mesmo suspeitando: *“Olha, você não é isso, você é uma prostituta”*. Não cabe a mim. Então, não tem como.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Outra pergunta que eu queria fazer ao senhor: durante todo o acompanhamento, porque durante a cirurgia, o pré, o pós, em momento nenhum elas reclamavam das condições?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Nada, não reclamavam das condições. Não tinham nenhum sinal de espancamento, que eu falaria. Nada. Inclusive, quando elas estavam com a Telma, elas pareciam ser amigas, estavam sorridentes. Eu não posso falar isso.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Então, o senhor chegou a vê-las com a Telma?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Sim, algumas vezes elas iam com a Telma. Algumas vezes, elas iam juntas. Algumas vezes, iam sozinhas, dependendo do dia.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Então, aconteceu de a Telma ir algumas vezes, não é?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Umas duas ou três vezes lá. E aí normalmente: ela foi identificada lá embaixo, tudo.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - E quem pagava a cirurgia?



**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - As meninas. Elas falavam que iam trabalhar. Também eu não posso, como eu te falei, perguntar: “*Que trabalho vocês fazem?*”

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Quanto custa uma cirurgia dessas?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Eu fazia em torno de 4 mil reais. Nada assim exorbitante. Então, elas vinham, passavam um tempo e...

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Geralmente era silicone? Todas, não é?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Eram silicones, eram silicones. Então, no caso, nenhuma teve nenhuma denúncia, nenhuma foi chorosa pra mim. Se eu falar isso, é mentira, porque não é verdade. Elas sempre chegavam e faziam normalmente, como eu tenho outras travestis que eu faço — mulheres, homens. Não é uma clínica com um perfil de clientela. Todos. Não tem horário diferenciado. Se os senhores quiserem conhecer, podem ir, abrir os arquivos. Não há nada. Simplesmente ela dizia que era dona da pensão; dona da pensão. Inclusive me convidaram, como falei anteriormente, a ir visitar.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não tinha... Eu não consegui... Aí, no momento em que realmente apareceu na televisão, eu me coloquei prontamente a prestar depoimento, ajuda, tudo que pudesse, porque, pra mim não...

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Sr. Jair, eu agradeço muito a contribuição do senhor.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Está bom. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Mais alguém? *(Pausa.)*  
Deputado Luiz Couto, por gentileza.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Dr. Jair, o senhor é formado por que universidade?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Faculdade de Ciências Médicas de Santos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Santos.

Seria importante que o senhor pudesse dizer o procedimento normal para que alguém faça uma plástica. Era bom isso para a gente entender como é, os exames



que se fazem, o que se faz, o pós-operatório. Enfim, é bom para que a gente possa identificar melhor.

Porque, na realidade, a Telma diz que ela levou. Aquela que o senhor disse que foi a primeira vez, a Telma disse que foi ela que levou para lá, né? Então, não foi. Ela foi...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - A primeira, não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Ela foi encaminhada assim, como eu falei (*ininteligível*) então...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Então, o senhor podia dizer agora o procedimento para que seja feita uma plástica que não traga problemas futuros.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Pro paciente, né?

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - É, para o paciente. Toda cirurgia, de certo modo, traz algum risco, né?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Tem, excelência.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Mas qual é o procedimento normal para...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Uma consulta. Primeira coisa: é marcada a consulta. Aí você vai saber o que o paciente deseja fazer, se há a necessidade ou não. Caso haja, você vai pedir os exames pré-operatórios, aqueles que sejam necessários pra aquele tipo de anestesia. Após ser feito isso, aí é marcada a cirurgia. Depois que você tiver visto o exame, é marcada a cirurgia. E nisso daí é assinado um contrato, tudo direitinho, explicando os riscos que há nessa cirurgia, o que pode vir a acontecer. O paciente lê; se ele concordar, ele dá uma autorização de operar. Nisso também já é vista a documentação. Tanto que está tudo em fichário, os RGs, tudo isso daí está lá guardado, os senhores também podem ter a possibilidade de olhar. Aí é marcada a cirurgia e é realizada.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo. No caso dessa, que o senhor diz, a Emanuele, né?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Hum, hum.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Ela chegou e queria fazer uma plástica...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Uma prótese.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Uma prótese.





Alguma vez algum travesti o procurou para mudança de sexo?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não. Não faço mudança de sexo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não faz, não. Só...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Só colocação de prótese porque é considerado não uma — como eu poderia? — uma coisa que não pode ser revertida, como eu poderia falar, uma... Pra esse caso, caso você faça uma coisa que não haja reversão, aí precisa de 2 anos passando por psiquiatra, psicólogo, multidisciplinar, né?

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Passando por assistente social. Como a prótese não é algo irreversível, então não há necessidade de todo esse acompanhamento, porque você pode retirar no momento em que o paciente quiser.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Muitos travestis procuram o senhor para fazer...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Sim. Como eu falei, muitos, inclusive, que estão na televisão, na mídia.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - É dito também que alguns eram menores de idade, que foram trazidos. O senhor...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Nenhum foi operado. Se foi de menor, não foi operado, porque eu tenho os RGs de todos lá, eu vi cada um deles. Pode ter sido dito, mas nenhum foi operado por mim. Posso confirmar isso pelos RGs que eu tenho catalogados lá no meu consultório.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - No momento em que o senhor recebeu essa informação de que viria para ser ouvido nesta CPI sobre essa questão de que o senhor seria o cirurgião que faria as mudanças de... Não, mudanças estéticas nos travestis que vinham lá de Belém e de outros locais, qual foi a reação do senhor?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não... A primeira reação foi de susto quando eu vi na televisão, porque eu há anos opero travesti. Nunca tive problema nenhum. Por isso que eu falei que continuam vindo, e eu não ia suspeitar de nada, porque não é esse grupo específico que eu operei, da Telma. Eu não vou citar nomes de pessoas na TV, porque, senão, acaba colocando pessoas públicas aqui.



**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Claro.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Mas, pra mim, não havia nada de anormal porque há anos que eu faço esse tipo de serviço, não só com travesti, como eu falei, com qualquer tipo de segmento da sociedade. Não há nada de diferente, não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - E, a partir desse fato, o senhor teve uma diminuição da procura?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não, por isso que eu falei pro senhor e pros senhores em geral. Inclusive, essa paciente que se chama Emanuele, ela continua me ligando: *“Olha, eu gostaria de te indicar mais alguém”*. Porque eu quebrei meu pé, eu estou me recuperando há 4 meses, mas continua a procura igual. Não teve nada de mudança assim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo.

A Telma procurou o senhor alguma vez pra fazer alguma plástica?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Plástica, não. Não tem procedimento nenhum.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - A acusada, que é Telma, disse que conheceu Jair em função de uma plástica que teria interesse em fazer.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não. Não foi esse o caso.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Eu digo, ela diz isso aqui. O senhor nega que...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Nego. Não foi esse o caso.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Conheceu Telma quando ela foi levar...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Após a Emanuele ter feito a primeira cirurgia, ela vem e fala: *“Olha, tem mais uma pessoa que gostou do meu resultado que gostaria de fazer”*. Aí ela veio acompanhada com essa menina que queria fazer a cirurgia. Veio essa Telma, que, segundo elas, era uma dona da pensão em que elas moravam.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - É, a Telma queria fazer uma cirurgia no nariz e disse que foi procurar o senhor.



**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não, esse não foi o fato. Posteriormente, ela pode até ter citado isso — eu não estou lembrado —, mas não foi inicial.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - E ela disse que não fez porque tem medo de injeção. Não teve esse caso lá de Telma procurar para fazer isso aí? *(Pausa.)*

Certo. A gente coloca o que ela disse para que o senhor possa...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - É bom esclarecer, fazer o esclarecimento. Com certeza.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - ... possa confirmar ou dizer: *“Não, isso aqui não aconteceu”*.

O problema também é que, como ela estava sendo... Ela entrou em contradição também, né? Em contradição, e acabou dizendo que ela levou outros travestis ao senhor.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Sim, isso eu confirmei, que algumas vezes ela foi.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Ela foi pessoalmente?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Algumas vezes ela foi, normalmente...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Quem pagava isso era a Telma?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Quem pagava... Era assim: a menina entrava com o dinheiro, não sei se era a Telma ou não. Quando elas entravam pra acertar, era a paciente que entrava comigo e acertava.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Mas o recibo que o senhor dava...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não, elas nem pediam recibo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não tinham recibo.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Elas não tinham nome social, nada. Elas nem às vezes pediam. Elas entregavam e falavam: *“Olha, doutor, vim pagar”*, e eu quitava na conta.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Mas o senhor tinha a ficha com...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Tenho as fichas com os valores, tudo certinho.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - E a ficha com o nome social...



**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Nome social. Tudo está guardado lá no consultório. Não tinha, não; ainda possui no momento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Está O.k. Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Eu só queria... Acho que quase tudo foi perguntado aqui, eu só assim... O senhor vendo assim essa Telma, pelo relato que nos foi informado aqui, dessa ligação com o tráfico de pessoas aqui, várias acusações, o senhor sabendo, observando isso, não... Assim, uma pessoa que a Justiça está procurando, essa coisa e tal, e trazendo esses travestis ou essas pessoas para sua... Não lhe dava assim um certo receio de atender uma pessoa que já está assim...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não sabia, senhor.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - O senhor não sabia, nunca soube?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Vim saber pela televisão quando saiu a notícia. Antes, ela ia lá, como eu falei pro senhor, ou pros senhores, ela ia lá, sentava com as meninas, nenhuma mostrava nenhum tipo de apreensão, não mostrava nada. Estávamos conversando, tudo normal. Tanto que eu perguntei uma vez: *“Como é lá?”* Elas falaram: *“É legal, vai lá visitar”*. Eu não tinha conhecimento.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Mas várias vezes ela foi ao seu...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Algumas vezes, não todas as vezes. Algumas vezes ela ia; outras vezes as meninas voltavam entre elas, as duas; outras, Emanuele voltava, como a primeira vez, sozinha; outras vezes iam sozinhas. Não dava pra suspeitar nada. Eu não tinha conhecimento de que havia alguma coisa policial dentro disso, até porque eu atendo uma vastidão de pacientes, inclusive travestis; não tenho tempo pra investigar a vida de cada um.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu queria, antes de...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Só pra dizer: algum desses travestis alguma vez falou para o senhor que morava na casa de Telma?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Moravam, que moravam numa pensão.



**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Numa pensão.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Que moravam nessa pensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu queria registrar a presença do Deputado Paulo Freire na nossa audiência, Deputado aqui de São Paulo e membro da nossa Comissão. Bem-vindo, Deputado.

Dr. Jair, o senhor é um médico formado pela Universidade de Ciências Médicas de Santos, né? O senhor falou aqui. E o senhor tem essa clínica. Essa clínica funciona onde? O senhor poderia nos...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - É na Rua Tenente Gomes Ribeiro, próximo à Escola Paulista de Medicina, ali na... Não sei se o senhor conhece, lá na Santa Cruz, região central de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Rua? Perdão.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Rua Tenente Gomes Ribeiro, 57, Conjunto 15.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) -Essa clínica que o senhor... Essa clínica é sua?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - É minha. Há mais ou menos 13 anos que eu atuo lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor, portanto... Há 13 anos. A clínica é só sua ou o senhor tem sociedade...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Só minha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Só sua.

O senhor é médico-cirurgião?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - (*Ininteligível*) está, inclusive, registrado, se o senhor quiser procurar no CRM.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Não. É só...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - É que, às vezes...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Não há nenhuma dúvida. É só para poder entender.

O senhor está formado há quanto tempo?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Em cirurgia plástica, há cerca de 14 anos.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Quatorze anos. Então, o senhor se formou em cirurgia e abriu...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Primeiro, eu me formei em Medicina e, depois, fiz 2 anos de cirurgia geral, fiz mais 3 anos de cirurgia plástica e abri a minha clínica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Pelo tempo, logo em seguida...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Comecei a atuar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Logo no ano seguinte da sua formação na formação na área de cirurgia, o senhor abriu a clínica e atua lá.

O senhor tem sua clientela nessa clínica. Parece-me que o senhor está consolidado há 13 anos numa clínica... Essa clínica é específica de cirurgia plástica.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Hum hum.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, deduzo que o senhor é um médico, pode-se dizer, na praça de São Paulo, bem sucedido, um médico bem sucedido.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - (*Ininteligível*) não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro. Só porque não é a minha área. Eu estou aqui especulando para não falar nenhuma bobagem e para não cometer nenhuma gafe, vamos dizer assim.

Suponho que o senhor seja um médico bem sucedido, consolidado no mercado, tem referências. O senhor falou que trabalha inclusive com pessoas públicas. Claro, então, o senhor é um médico bem sucedido, consolidado no mercado de cirurgia plástica, que hoje é bastante... Pelo menos na minha cidade, Belém, tenho alguns amigos que são cirurgiões plásticos, que fazem não só essa parte estética, mas principalmente, com essa fobia da estética produzida pela sociedade brasileira há um mercado aquecido, imagino.

A sua clientela... O senhor disse que o primeiro contato que fez, não com esse grupo de travestis, mas, assim, com esse público... Foi a Emanuele, mas antes da Emanuele o senhor já atendia a esse público...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Com certeza.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - É claro, que quer modificar o corpo com silicone nos seios, nas nádegas, nas curvas...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Inclusive, fiz algumas mudanças mais radicais, mas como eu falei: após a autorização de uma equipe multidisciplinar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. Isso é disciplinado pelo Código de...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Sim, sim, sim. Nada que seja irreparável pode ser feito sem esse...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Sem esse procedimento preventivo, claro, lógico...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - O que pode ser reparável é direito da própria pessoa fazer, porque ela vai ter condições de, futuramente, caso desista daquela opção, voltar a...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom. Aí, a Emanuele chegou lá com o senhor, foi informada sobre sua clínica, e pediu para fazer um procedimento.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Prótese de mama.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - De mama? Só mama?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Só mama, num primeiro momento. Depois, ela voltou e fez também a rinoplastia, que é a cirurgia de nariz.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A Emanuele?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Hum hum.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, o senhor fez na Emanuele duas intervenções: uma intervenção de mama e uma de nariz.

O senhor disse que cobrou da Emanuele algo em torno de 4 mil reais. Pelos dois procedimentos ou... Pela mama.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não, não. Foi perguntado quanto à mama.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Quatro mil reais. E depois, pela intervenção do nariz, o senhor não lembra? Aproximadamente, o senhor cobra quanto por uma intervenção?



**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Cerca de 3 mil e 800 eu cobro pelo nariz.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Três mil e oitocentos. Então, vamos dizer, pode-se calcular que a Emanuele dispensou na sua clínica algo em torno de 8 mil reais: 4 mil numa; 3 mil 800 reais na outra, aproximadamente.

E a Emanuele, a partir do sucesso do seu procedimento, indicou outras colegas de pensão para fazerem o procedimento...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não só de pensão. Como falei anteriormente, de (*ininteligível*) gerais...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Outros travestis.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Ela continua indicando, é que não estou operando...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Travestis e...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Travestis, pessoas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - não travestis, a Emanuele.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Até pessoas encontram ela na rua... Teve pacientes que nem peguei porque encontraram na rua, gostaram do serviço, foram falar com ela, quiseram vir... Mas no meu escritório eu trabalho com indicação de pacientes; pacientes indicando pacientes. Inclusive ela indicou pessoas que ela também não conhecia, que viram ela na rua, acharam que ela estava bem, mandaram pra mim e acabei também não operando, porque tem também que ter cuidado até com os pacientes que você recebe. Mas, normalmente, os pacientes que chegam à minha clínica chegam por indicação de pacientes mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor atendeu, aproximadamente, a grosso modo, porque a memória da gente às vezes falha; o senhor atendeu quantas pessoas, mais ou menos, indicadas pela Emanuele ou indicadas por indicadas da Emanuele? Dessa cadeia, aproximadamente?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Desse grupo, ou dessa cadeia, foram seis ou sete pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Seis ou sete pessoas indicadas pela Emanuele.





**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Isso. A Telma, junto com a Telma...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A Telma foi uma delas, ou a Telma...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - A Telma levava algumas vezes essas meninas para lá, ela ia junto, porque sempre pedia pra alguém acompanhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas eu queria só entender como é que surge...

Primeiro, antes de perguntar isso ao senhor, queria esclarecer o seguinte. O senhor está dizendo que trabalha por indicação. Então, se o Deputado Arnaldo Jordy tomar conhecimento, pela Internet, ou pelas páginas amarelas, do seu consultório...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Normalmente, eu não...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Se eu precisar fazer uma intervenção no meu nariz, que não é dos mais esteticamente...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Pode até ir, mas eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Se eu quiser fazer uma intervenção vou ter dificuldade na sua clínica, porque se eu não tiver indicação de alguém que possa lhe dar referências minhas...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Isso mesmo. Por quê? Na área — o senhor sabe que é em qualquer área —, se não tiver indicação, é cheque que se recebe sem fundos... Eu não tenho indicação, eu não tenho a quem procurar, caso ocorra isso. Então acabo, como tenho boa movimentação em minha clínica, aceitando aqueles pacientes dos quais já tenho referência anteriormente para não cair em golpes, também. Na nossa área ou em qualquer outra área, se você aceita um paciente que nunca viu, que veio da rua, qual a referência que você tem dessa pessoa para fazer um procedimento e para o recebimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, se eu chegar na sua clínica, a sua atendente...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Ela pede referências.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - ... ela diz assim: “O senhor veio indicado por alguém?” Aí, eu digo: “Não. Eu vi o nome no site, eu estava procurando um cirurgião, e vi, dentre outros, o Dr. Jair e simpatizei. Vi as referências



aqui, é uma clínica já tem algum tempo. Depois, consultei as Páginas Amarelas, vi o nome dele, tive simpatia e vim aqui fazer um procedimento. Está aqui o meu RG, o meu CPF, sou advogado, está aqui minha OAB...”

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Para uma consulta, talvez, mas queria garantir para o senhor que isso é quase impossível hoje, porque o CRM tem uma norma: qualquer propaganda vai para o Código de Ética. Nós, enquanto médicos, não temos direito a fazer propaganda, nem trabalhar em clínicas terceirizadas, do tipo dessas operadoras que oferecem empréstimos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, mas eu não estou... A caracterização...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Então, acaba sendo só por indicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, entendi, mas a caracterização pode não ser essa. Vamos dizer, eu estava passando, vi uma clínica, já vinha pensando há algum tempo em fazer um procedimento estético da ordem tal...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Até posso fazer, mas após uma consulta muito grande.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Não é a regra, mas eu tenho alguma chance...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Eu tenho preferência, a preferência por (*ininteligível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - ... de chegar lá, me identificar, mostrar minha OAB...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Mas, assim, vou gerar uma certa dificuldade, vou ser sincero, por não ter conhecimento desse (*ininteligível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A sua clientela é produzida geralmente pela rede...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Pela própria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Por uma cadeia de indicações. É isso?



A Emanuele, que foi a primeira pessoa desse grupo, da pensão, que o senhor atendeu, produziu essa cadeia, produziu essa rede, que lhe proporcionou algumas clientes...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Como as outras clientes vão proporcionando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.

Esse valor de 4 mil reais para fazer um enxerto, é assim que se chama?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não, é inclusão de prótese.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Inclusão de prótese de mama, 4 mil reais. É o preço que o senhor pratica na sua na sua clínica?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** É o preço que eu pratico para qualquer paciente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Independente da...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E, no nariz, a mesma coisa, em torno de 3 mil e 800...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Qualquer paciente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - ... dependendo, eu imagino, do tamanho da intervenção.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - É, não vejo a procedência social para fazer valor diferenciado. É um valor de tabela que eu tenho lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro, claro.

Aí eu pergunto o seguinte: o senhor atendeu a Emanuele. A Emanuele disse: *“Olha, vá lá com o Dr. Jair, ele que fez esse procedimento. Eu gostei, todo mundo elogiou”*. E aí as outras meninas — estou usando o termo que é usado elas...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não, é normal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Essas meninas foram à sua procura. Aí uma dessas meninas — se eu estiver errado, o senhor me corrija, é só para eu entender —, uma dessas meninas chegou lá para fazer um procedimento, e, de repente, disse: *“Não, essa aqui é a Telma, é uma amiga. Ela é dona da pensão que eu...”* A Telma foi lá, na sua clínica, para quê?



**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Foi assim. Todos os procedimentos que eu faço — alguns eu faço na clínica mesmo; já está tudo regulamentado, certinho — eu peço para ir um acompanhante, mesmo que seja pequeno. Então eu falo: *“No dia que for realizado, me traga um acompanhante”*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A Emanuele levou quem?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não, ela levou uma outra menina no dia que ela fez.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Lembra o nome da menina?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não lembro, é muito tempo. Essa rede começou muito tempo atrás.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - É só por curiosidade. Como o senhor se lembrou da Telma, podia ter...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - A Emanuele eu lembro porque ela foi citada e foi minha primeira paciente desse grupo. Inclusive, como eu falei anteriormente, ela continua me ligando para fazer outros procedimentos. E aí o que acontece? Ela foi de acompanhante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A Telma?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - A Telma. De outras vezes...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas não com a Emanuele, já com outras pessoas.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Com outras meninas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Com a Emanuele a Telma não foi?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não; da primeira vez, não. Depois, ela vinha... Umas vezes, no retorno... Essas meninas não vinham com a Telma, vinham com outra menina, ou às vezes sozinhas. Então, passou a ser uma coisa normal. Não vi diferença das outras pacientes na mesma categoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu estou lhe perguntando isso porque, ainda há pouco, o senhor respondendo para o Deputado Luiz Couto, o senhor disse: *“Uma das vezes que eu vi a Telma foi quando...”* Então o senhor viu várias vezes.



**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Foi quando ela retornou. Algumas vezes, algumas vezes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas isso aqui para mim, para nós é importante. A Telma acompanhou várias dessas meninas na sua clínica?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Algumas vezes, sim; outras, não. Isso que eu falei. Ela foi algumas vezes, outras vezes não foi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas algumas vezes ela foi?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Sim, tanto que foi a identificação dela foi fácil por causa do registro dentro prédio. Agora, como eu vou supor que uma pessoa que é procurada vá num prédio com registro, se coloque na frente de uma câmera para ser registrada? Tanto que, quando a polícia pediu minha ajuda, nós fomos até a câmara do prédio e identificamos quem era, porque eles não tinham identificação. Agora, como eu poderia supor que uma pessoa que se identifica está sendo procurada pela polícia?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Deixe eu lhe explicar, Dr. Jair, que a sua área é de saúde, o senhor estudou para isso, não tem obrigação de saber. Mas é porque esse tipo de crime de tráfico de pessoas é um crime camuflado mesmo; ele não está à luz do dia como outras tipificações penais. Ele está disfarçado por um conjunto de outras coisas. E a prática que caracteriza esse tipo de crime é uma circunstância, é uma situação circunstancial, que depende, inclusive, de investigação para tipificá-lo. E, mesmo assim, às vezes o Código Penal brasileiro não abriga, não acolhe essa tipificação, ainda que outras normas internacionais assim o caracterizem. É muito comum as pessoas estarem à luz do dia e serem criminosas no tráfico de pessoas. Eu sei que não é uma coisa fácil...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não é a minha área...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A sua área é outra. O senhor é apenas um profissional...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Como elas colocavam, inclusive...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - ... que estava lá...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - ... desculpa, que tinham profissões, nem poder supor a indelicadeza de falar: "*Você não está na prostituição?*" Eu não posso fazer isso. Para eu falar "*vocês sabiam que elas eram*



*prostitutas?*”, elas me davam... Como eu falei para os senhores, se os senhores quiserem ir, eu abro os arquivos, e está lá: “cabelereira”, está lá, e elas assinam a ficha: “cabelereira”, “maquiadora”. Como eu posso chegar e perguntar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Até porque é constrangedor.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - “*A senhora é prostituta?*” Eu não posso...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - É constrangedor para alguém se identificar dessa forma. A gente sabe disso, claro.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Eu não posso fazer isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Seria até uma...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Agressão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - ... indelicadeza, uma agressão, uma violência da sua parte fazer algum tipo de insinuação dessa forma, claro.

Então, o senhor disse que foram seis ou sete pessoas aproximadamente, que a Telma foi algumas vezes lá, acompanhando essas meninas.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Tenho todos os registros, inclusive, lá no...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor disse também que ela foi identificada por algumas dessas meninas como a dona da pensão.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - É, isso elas me afirmaram.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Várias delas?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não, eu perguntei quem é, porque eu sempre pergunto se é mãe, se é... “*Não, é a dona da pensão em que eu estou morando.*” Foi isso o que foi me passado. Aí, como eu falei anteriormente para o senhor, inclusive me convidaram a ir visitar. É que não é do meu perfil visitar esse ambiente. Eu não tenho nada contra, mas não é do meu perfil. Nunca poderia supor, no caso de haver um convite, que eu seria convidado para um cativoiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, mas o senhor diz assim...



**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - É, quando eu (*ininteligível*) intimidade eu perguntei: “*Como é lá?*” Eles falaram: “*Lá é legal. Vai lá visitar a gente*”. Foi isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois é. Aí o senhor disse assim: “*Não é da minha índole, do meu costume, visitar esse tipo de ambiente*”. Esse tipo de ambiente que o senhor...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Poderia ser num local essa pensão... Não fui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Então, eu posso supor, como um fato desses, que alguém está preso em algum lugar e que me convidaram para ir visitar um lugar que tem um cativo? Jamais eu ia supor isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Só para, da minha parte, finalizar, o senhor disse também que, via de regra, se eu bem entendi — se eu estiver errado, o senhor, por favor, me corrija — via de regra, elas não pediam recibo, o senhor não passava recibo.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não, a pedido do paciente, eu passo, mas elas pagavam à vista e não pediam recibo. Mas é isso que eu falei com o senhor: não vi isso em nada...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Elas pagavam em dinheiro, cheque, cartão?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Elas pagavam em dinheiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Em dinheiro vivo, espécie?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Até porque eu supunha que, apesar de elas falarem que são cabeleireiras — supunha; eu não posso comprovar porque ninguém me confirmou —, elas deveriam fazer o trabalho corporal, um trabalho com o corpo, e não esse tipo de serviço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor já desconfiava disso?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Supunha, era uma suposição. É como eu falei para o senhor, não posso chegar a um paciente...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas uma suposição é uma desconfiança.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Sim, mas a suposição não só desse grupo, de qualquer grupo. E me desculpe, não vamos ser hipócritas, a primeira coisa que todo mundo pensa ao ver as pessoas desse grupo, mesmo que elas não sejam, isso é até uma coisa meio ligada a preconceito, é que ajam nesse sentido, de fazer o trabalho com o corpo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro, claro.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Isso passa na cabeça de qualquer um. Só que, como eu falei com o senhor, eu não tenho uma condição de chegar para um paciente para falar: *“Eu duvido que você seja isso. Você é uma prostituta”*. Não cabe a mim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - É, certo.

Pois é, o senhor disse que, em algumas... Via de regra, elas pagavam em dinheiro e não pediam o recibo. Era tudo na informalidade, vamos dizer assim?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - É, a prestação de serviço, mas tudo com contrato, tudo certinho. Tenho todos os contratos assinados, tudo lá na minha clínica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim, apenas do recibo elas não faziam questão. O senhor também não... Pagavam, elas pagavam em dinheiro...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Isso vai gerar alguma coisa na Receita. Já estou sentindo. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Isso não é problema. O nosso foco aqui não é esse, se tem sonegação ou se não tem sonegação.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Pequeninha. Os valores não são altos. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Está certo.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Amanhã está a receita lá. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Por fim, o senhor, assim, desconfiando que elas poderiam ser... Desconfiando, sem poder revelar, como o senhor disse, até porque seria ofensivo, o senhor se recusando a ir lá na pensão, o senhor não achava estranho, de alguma forma... O senhor não achava estranho





essa menina, essas meninas todas dessa pensão, de uma mulher que se dizia costureira — essa Telma se dizia costureira...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Para mim ela não falou isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - É, eu sei, mas eu estou aqui lhe revelando. E pela condição que o senhor mesmo disse, não frequenta esse tipo de... Pessoas humildes, morando em pensão, supostamente envolvidas...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não por preconceito. É que não é da minha...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, por favor, eu não estou dizendo que o senhor é preconceituoso. Evidente, se eu sou médico e vem uma menina fazer, de forma recorrente, procedimento de coisa, é natural, é lógico, é um raciocínio lógico supor que...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - E não há preconceito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - ... uma das atividades dessa menina seja de prostituição.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Até porque elas vêm indicando outras meninas, morando num pensão. Quer dizer, a circunstância da situação leva a crer, entre outras coisas, essa hipótese. Não se sinta culpado por isso.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Sim, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Porque qualquer ser humano ia levar isso em consideração, “a possibilidade de”.

Então o senhor não acha que essa recorrência... Não lhe pareceu estranha essa recorrência de seis, sete, oito, mais ou menos, a grosso modo, meninas desse mesmo grupo, da mesma pensão, terem condições de fazer procedimentos da ordem de 4 mil, ou 8 mil, no caso da Emanuele, de mama e de nariz? O senhor disse que a Telma nunca o procurou. Ela disse aqui para nós, no depoimento...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não, para...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, eu sei, isso não é da sua responsabilidade. Só estou lhe informando que ela foi ao seu escritório, ao seu consultório porque a Emanuele, que morava na pensão dela, fez propaganda da sua



arte — está certo? —, da sua atividade, como bom profissional, e ela disse: “Ah, eu queria até fazer o negócio do meu nariz”. Foi lá consultar com o senhor, sabendo que o senhor faria uma correção de nariz, e ela acabou desistindo porque tem medo de injeção. Foi isso que ela disse aqui e, por isso, ela recuou. Mas o senhor disse que não tem conhecimento disso.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, ela...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Sobre a pergunta do senhor sobre o pagamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Primeiro, quando elas chegavam lá, elas já vinham sabendo o valor, porque, como falei para o senhor, é de indicação, e elas já diziam que tinham dinheiro. A procedência do dinheiro, eu não posso investigar, Deputado. A procedência do dinheiro, não cabe a mim. Então, elas falavam: “Eu já tenho um valor, eu quero fazer”. Eu pedia os exames, vinham com um acompanhante e realizava a cirurgia. Essa era a minha função. O elo que me liga a tudo isso é apenas isto, tendo feito as cirurgias nessas pacientes. Elas me pagavam. E tenho os contratos lá, se os senhores quiserem ver...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor teve conhecimento de essa Emanuele ter viajado para fora do Brasil, para...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não, só para Minas Gerais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor soube que ela foi para Minas Gerais?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Tanto que ela me ligou ultimamente de Minas Gerais, querendo trazer a irmã dela para fazer cirurgia aqui em São Paulo comigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A irmã dela é travesti também?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não sei. Aí eu já não sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor não sabe.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Ela só me falou sobre a irmã.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E por último, Sr. Jair, Dr. Jair...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não precisa se preocupar com o doutor. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, é apenas o modo de falar. Além dessas meninas que faziam essa prótese, não é?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Hum, hum.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Colocação de prótese. Algumas faziam apenas o reparo da prótese, que não tenham feito originalmente com o senhor? O senhor faz esse tipo de procedimento?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não, posso até realizar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Pode.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Mas acho que desse grupo não veio ninguém. Dessas daí foi colocação. Tive já reparos de outros médicos, que usaram próteses que não eram, que tinham (*ininteligível.*) Eu não me lembro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Outra coisa: todas elas lhe pagavam individualmente?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Não havia nenhuma participação de recibos ou...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não. Elas chegavam com um pacotinho de dinheiro e falavam: "*Aí, doutor*". Eu contava. Inclusive, na maioria das vezes não era eu que fazia isso, era a minha secretária.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Então, elas chegavam e falavam: "*Olha, está aqui o dinheiro*". A minha secretária contava e falava: "*Doutor está tudo certo*". E eu fazia o procedimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Está bem, está certo. Muito obrigado, Dr. Jair.

O Deputado Couto quer fazer ainda algumas observações. A Deputada e depois o Deputado (*ininteligível.*)



**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Dr. Jair, eu sei que o senhor deu o endereço, também foi informado pela universidade. Depois eu queria que o senhor colocasse o CRM também.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - É CRM São Paulo, 85952.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Eu pergunto ao senhor o seguinte: o senhor, além da graduação, fez alguma especialização?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Tenho as duas. Eu fiz cirurgia geral no Hospital Santa Marcelina, pelo Ministério da Educação e Cultura. E a plástica no serviço do MEC, com o Dr. (*ininteligível*), no Hospital Ipiranga, em São Paulo, credenciado pelo MEC.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sim, é só para saber se o senhor não ficou apenas na graduação. O senhor fez especialização. Quer dizer, a escolha...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Aí tem no CRM. Se o senhor ou qualquer outra pessoa quiser pesquisar, eu estou cadastrado como cirurgião plástico mesmo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Cirurgião plástico. Está bem. É só para completarmos aqueles dados que o senhor colocou.

O senhor disse que essa sua clínica fica perto do...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Do Santa Cruz.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - ...Santa Cruz. Ela fica também ao lado do Ambulatório DST/AIDS?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não. Ela fica próxima. O DST/AIDS fica na Rua Santa Cruz, no outro lado. A minha está na Vila Clementino, que é para lá da (*ininteligível*), e ela fica na Inglesa.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Que é uma região onde há uma incidência de travesti muito grande.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não há incidência de travesti pela localidade. Não há ponto lá, eles não trabalham ali de jeito nenhum.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não. Certo.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Ali é um ponto comercial e ali se criou um ambulatório para eles. Por isso que eles vão lá. Não é um ponto de encontro deles ou de trabalho, mas do ambulatório que criaram.



**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Muito bem. É só para perguntar se, por exemplo, no caso de um travesti que foi identificado que ele estava com AIDS...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Nunca aconteceu?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Bem, independente de o paciente ter AIDS ou não, ele vai ser operado, desde que esteja em perfeito estado de saúde, porque não podemos nos negar nesse caso.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Mas nunca alguém se identificou, dizendo...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não, não. Mas mesmo assim não cabe a mim...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Até para a sua segurança, até para a segurança...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Sim, é interessante, mas eu gostaria de colocar que, mesmo que um paciente seja travesti, seja qualquer tipo de paciente, seja HIV positivo, a ele não pode ser negado qualquer tipo de auxílio médico por conta desse fato.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Com certeza, com certeza. Agora, o fato de as pessoas não pedirem... Aí o fato. Isso é importante para nós, porque uma das questões do tráfico de pessoas é a chamada servidão por dívidas. Ou seja, a pessoa que paga... Vou explicar para o senhor. O senhor vai responder alguma coisa para a Receita e não para a gente.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não fala isso. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Porque a Receita vai perguntar como o senhor fez tantas cirurgias e não tem nenhum recibo.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - *(Ininteligível)*. Eu vou para Goiás. Tenho uma terrinha lá em Goiás. Eu vou para Goiás, Deputado. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - E o que pagou também não declarou no Imposto de Renda. Vão ter problema lá e cá, mas essa não é uma questão nossa; é questão da servidão por dívida. A dona Telma manda o dinheiro, vai dinheiro, não tem problema nenhum, porque aí é à vista, paga à vista, só que fica a chamada dívida. Aquela pessoa não vai poder sair daquele local porque ela vai sempre estar



com dívida. É a chamada servidão por dívida. Daí a importância da identificação do recibo, mesmo que ela não queira, mas o senhor dá um recibo.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Eu posso dar um recibo. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Para ir colocando: quem está pagando é você ou alguém? Porque aí, sim, o travesti vai ter que se identificar.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Entendi.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Esse é um elemento importante até para a sua...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Mas eu vou colocar à disposição dos senhores até as fichas. Se quiserem entrar em contato...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Digo que é também para a sua segurança que estou colocando isso aqui.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Sim, sim, sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - A outra coisa que eu queria ver é se, no caso das cirurgias que o senhor realizou, o senhor disse também que teve que ajeitar cirurgias de outros que fizeram...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Sim, alguns pacientes chegam. Isso é normal. Chegam, fizeram em algum médico, não gostaram do resultado, independente de ser travesti.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sim, claro.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Isto quero deixar bem claro: a minha clínica não é uma clínica...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Eu sei.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - ...com uma especificidade para um grupo de pessoas. Mas independente disso, há realmente pacientes que chegam de outros colegas, que não gostaram do resultado e querem corrigir aquilo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo. A pergunta é a seguinte: o senhor sabe que por algum tempo alguns enxertos ou colocação de prótese, houve aquele problema de uma prótese...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - É. De má qualidade, que nós já podemos falar, que é pública, que é a PIP.



**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Eu pergunto se alguma vez o senhor, antes de saber dessa informação, realizou, usando...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - A PIP?

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sim.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Realizei. Quando chegou ao Brasil, por sorte, eles fizeram uma promoção, tinha o número ANVISA. Por isso que o Governo está sendo responsabilizado a retirar todas as próteses. Por quê? Porque houve um número ANVISA. No momento em que há um número ANVISA, nós, profissionais da saúde, acreditamos que ela tenha sido estudada, porque foi o Ministério que deu o número. Então, por sorte, eu coloquei seis. Uma foi em uma travesti e outras em mulheres, porque havia uma promoção. O representante foi lá, mostrou o número ANVISA, deu um desconto. Inclusive falei com os pacientes que havia o desconto e que era uma prótese nova.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Depois dessa proibição...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não. Depois das seis. Nem mesmo não sendo proibida, foram só seis pacientes, pela promoção.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Normalmente quem busca fazer uma cirurgia plástica...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Inclusive troquei todas. *(Risos)*. Mandei para o Estado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo. Quando não gosta, procura, às vezes, denunciar no Conselho Regional de Medicina...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Sim, sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Pergunto: alguma vez alguém denunciou o senhor...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Sim, sem dúvida, como qualquer profissional.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - O senhor respondeu algum processo ético.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Sim, já respondi e só foi uma inscrição por escrito, assim, sigilosa, porque todos os profissionais hoje na área de cirurgia plástica estão fadados a isso daí, porque é uma coisa difícil. Se não gostar



da cicatriz, pode denunciar. Estão todos. Se eu falar que não, seria mentira. Todos... Se entrar no CRM, o maior número de processos hoje que tem no CRM é contra cirurgiões plásticos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputada Flávia, depois o Deputado...

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Só para complementar, Dr. Jair, porque à medida que vão surgindo perguntas, surgem algumas dúvidas.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Com certeza. Tem razão.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Quando a Telma acompanhava as pacientes, qual o parentesco que ela apresentava? Qual o nível de...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - A dona da pensão onde as meninas moravam.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Então, ela se apresentava como a dona da pensão.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Da pensão. A gente sabe que existe. Não estou falando que isto caracteriza eles terem uma pensão, porque tem várias pensões no centro da cidade onde moram travestis.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Isso que eu queria saber do senhor.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não é uma coisa que poderia falar: "*Você caracterizou isso como tráfico ou como incitar a prostituição*". A prostituição é livre. Eu não posso falar: "*Você não pode se prostituir ou não*". Apresentava-se como a dona da pensão. Não houve nenhuma denuncia por parte das meninas.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - O senhor sabia que ela era a dona da pensão.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Apenas isso.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Agora, as outras pacientes do senhor, os outros pacientes travestis que o senhor tinha, era comum que eles vivessem em...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Em grupos, em pensões.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Todos viviam em grupos?





**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - É. Em grupos ou em apartamentos ou em pensão.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Geralmente tinha dono de pensão?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Ou morava com uma travesti, morava entre elas, grupos de cinco, ou moram em pensões. É a característica desse grupo. Não estou dizendo que todas... Inclusive, eu tenho travesti que é assistente social da prefeitura, que trabalha na área com travesti também. Tem todos os tipos, tem artistas, cabeleireiros. Dentro disso, elas se colocam dentro da posição social delas. Como elas vivem? Em pensão. Algumas têm apartamento próprio. Depende do nível social de cada uma.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - O senhor suspeitava que, apesar de elas afirmarem que eram manicures, cabeleireiras, elas fossem prostitutas?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Suspeitar eu suspeitava. Eu já falei anteriormente.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Eu sei.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Eu só não poderia ser indelicado de...

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Nem é essa a questão. Eu queria perguntar para o senhor, complementando essa suspeita: o senhor chegou a suspeitar também, como elas eram prostitutas, que a Telma fosse uma traficante?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não, isso não.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Uma agenciadora, uma aliciadora?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não havia no rosto das meninas — estaria mentindo — qualquer sinal de angústia. Elas conversavam normalmente. Elas riam. Era tudo normal.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Mas qual é o conceito que o senhor tem? Imagina o senhor uma pensão em que todo mundo pensa, mas não fala. Uma pensão de travestis onde elas ficam mudando o seu corpo, onde nós imaginamos que elas estariam ali fazendo o trabalho de prostituição.

Qual é a relação da dona dessa pensão com essas prostitutas na cabeça do senhor?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Da minha?



**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - É. A posição do senhor.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Eu já tive pacientes que moram em pensão. Elas me falavam que pagavam 30 reais para ficar o dia. Eu não via crime uma pessoa pagar uma diária para ficar em uma pensão, disso ser tráfico de pessoa, porque eu tenho pacientes que moram em outra pensão e falam: *“Eu pago 30 reais a diária”*. Ela se prostitui, depois entra na pensão para morar. Até aí a relação de você pagar um pensionato, seja de que forma for, e prostituição, e disso ser um tráfico de pessoas... Eu não fiz ligação.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Mas o senhor imaginava que a Telma poderia ter essa relação de...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Qualquer um poderia. Eu não vou mentir para a senhora. Qualquer um. A outra que trouxe, a amiga dela, por exemplo...

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Nenhuma delas chegou a comentar quanto elas pagavam?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Nada, nada, nada. Não me falaram. Como eu falei aqui, várias vezes me convidaram para ir até lá...

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Agora deixa eu perguntar outra coisa para o senhor. Tu achas normal a dona da pensão, que é uma pessoa que alugava quartos, acompanhar essas travestis em cirurgias plásticas? Era mais do que uma dona de pensão. Ela não só alugava quartos. Ela também tinha um interesse nessa transformação, na vida delas ou não? Qual era a relação?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - O que me passou é que ela acompanhava porque as meninas eram de fora. Por isso, eu perguntei para uma das meninas: *“Por que todo mundo é de Belém aqui?”* Porque eu vi nas fichas. Está tudo lá. Elas falaram: *“É porque a gente já se conhece lá e quando chega a São Paulo é mais fácil ir para essa pensão, porque todo mundo se conhece desde lá de Belém”*. Isso que elas me informaram.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Se a gente for pensar em uma dona de pensão normal, o senhor acha que a dona de uma pensão acompanha os moradores dos quartos, as pessoas que alugam quartos em procedimentos cirúrgicos?



**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Se não moram na cidade, várias pessoas, sem ser desse estilo, amigos e tal, acompanham para ir até meu consultório.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Mas o senhor acha normal que a dona acompanhe várias moradoras dessa pensão?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Como eu poderia chegar para ela e até perguntar isso: *“Você tem alguma coisa a ver com essas meninas? Você prostitui elas?”* Não cabe a mim, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Eu estou perguntando a sua suposição.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Supor você supõe muito, mas não tem como chegar a uma...

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - O senhor nunca nem imaginou isso? O senhor não chegou nem a imaginar isso?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não imaginei.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Mesmo elas vindo de fora?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não imaginar que poderia acontecer... Não cabe a mim a força investigativa. Elas vão lá. Elas não me denunciam. Eu já tenho esse grupo há vários anos. Nunca houve problema nenhum. Elas vêm. As meninas não têm sinal nenhum de tortura, não se mostram nem um pouco constrangidas. Nada. Elas às vezes vão sozinhas. A minha parte nisso daí é um contrato que está lá assinado, e eu ter feito a minha profissão, que é a minha área: cirurgia plástica. Quanto a tráfico, tudo, eu não estou envolvido. Eu não tenho conhecimento de nada. Não me passaram nada. Elas não falaram nada. O meu nome foi citado porque acharam um cartão, inclusive, como eu falei anteriormente. Eu estava tão inocente nisso que entregava o meu cartão para todas elas distribuírem. Se eu tivesse suspeita de que houvesse alguma coisa ilegal, se tivesse suspeita de que meu nome estaria envolvido nisso, jamais eu faria essa tolice, como parte de uma quadrilha.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - E a Emanuele, você acredita que ela era só companheira, amiga das meninas, ou ela tinha uma participação meio que como a da Telma?



**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Só amiga. Pelo que eu conheci, só amiga. Entre elas...

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - A Telma teria mais essa de ser cuidadora, de acompanhar, de se responsabilizar por elas.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - De ser a dona da pensão, de levar as meninas que não tinham... Às vezes, nem era ela que vinha, como eu falei anteriormente. Às vezes, a acompanhante era outra menina, porque elas vivem juntas. Não era constantemente a Telma. É só olhar as gravações lá no prédio para ver que elas vinham aleatoriamente, algumas vezes com ela, outras vezes sem ela. Normal.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Só isso, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k.

O Deputado Paulo Freire está... Pois não.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Bom dia a todos.

Gostaria, Sr. Presidente, antes de fazer algumas perguntas ao Dr. Jair, só a título de informação, de saber se esta nossa audiência está sendo somente gravada ou está sendo filmada também. (*Pausa.*) Filmada também, os dois. Muito obrigado.

Dr. Jair, bom dia.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Bom dia.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Eu gostaria somente de esclarecer, e gostaria até que o Sr. Presidente me corrigisse se eu estiver errado: o senhor está aqui na condição de colaborador com esta audiência pública?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado Paulo Freire, perdão, uma correção: está sendo só gravada e taquigrafada. Não está sendo filmada.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, o senhor está aqui como colaborador desta CPI. Não existe da nossa parte nem da parte desta CPI nenhuma acusação contra o senhor. O senhor está aqui para colaborar com esta CPI.

Algumas perguntas que eu vou lhe fazer agora, Dr. Jair, podem até ter sido feitas por alguns colegas, mas eu gostaria de fazer só para eu montar o meu raciocínio aqui. Algumas perguntas são um pouquinho picantes, e eu gostaria que o



senhor não se ofendesse com isso, porque isso pode servir até para a sua própria defesa. Eu faço essas perguntas, repito, porque está sendo gravado, e a gente precisa disso.

Dr. Jair, o senhor tem uma clínica.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - O senhor só opera nessa clínica ou o senhor opera também em hospitais?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Em hospitais também.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Em hospitais também.

As pessoas o procuram para operação só para a estética ou também para restauração de face?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - A maioria é estética.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Mas o senhor faz também operação de restauração?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Sim, sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Na sua clínica — eu vou perguntar isso — a maioria das pessoas que procuram para serem operadas são mulheres, homens, travestis ou transexuais?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Mulheres.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Mulheres. Na grande maioria são mulheres?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Hum, hum.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Agora, eu faço aqui uma pergunta: a Telma, que é a pessoa que está sendo investigada, indicava esses travestis para que fossem operados em sua clínica. Logicamente, com o tempo, dado o número de pessoas que ela indicou para a sua clínica, houve uma amizade, óbvio, da parte da sua clínica com a Telma. Não estou dizendo que é o senhor, mas é a sua clínica, quem sabe as suas auxiliares. Eu quero somente fazer essa pergunta, para que fique caracterizado algo aqui para nós: existia algum comprometimento com essa Telma, de se pagar alguma comissão, alguma gratificação por ela estar levando essas pessoas até a sua clínica? Gostaria que o senhor respondesse, por gentileza.



**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não, o valor era fechado. Como eu falei anteriormente, era um valor de tabela. Então, ela acertava lá com a minha secretária. A menina levava o pacote e entregava lá para a secretária. Ela só conferia e me dizia se estava tudo o.k. ou não, e a gente fazia o procedimento.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - O senhor tem algum conhecimento de que a senhora Telma ganhava alguma comissão das travestis?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Uma outra pergunta: o senhor tem conhecimento de que a Telma chegou a pagar operação para algumas pessoas que se operaram na sua clínica?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Como disse anteriormente, as meninas, quando chegavam lá, já diziam que tinham dinheiro para fazer. Elas chegavam pra mim e falavam “*eu já tenho o dinheiro*” porque já sabiam o valor. Como eu falei, era tabelado. E no dia do pagamento, faziam com minha secretária. Era uma coisa assim: é tal valor, acerta num dia, assina os contratos e a gente faz a cirurgia. A minha parte era cirúrgica.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Mas eu estou lhe perguntando se o senhor tem algum conhecimento de que a Telma...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não tenho.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Não, “*essa pessoa aqui a Telma que pagou para ela fazer*”.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Não existiu isso, né?

Esse ambulatório que o senhor disse, ele pertence ao senhor, não?

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Ambulatório? Não. É do Estado.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Ambulatório...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - É do Estado.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - É do Estado.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Ele é um ambulatório de DST/AIDS e travesti, do Governo do Estado de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Está bom, Sr. Presidente. Muito obrigado. Era somente isso.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O Deputado Maia é o último inscrito.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Há acusações de que a Sra. Telma, veja bem, que tem um irmão; que esse irmão trazia pessoas, travestis, do Pará, de Belém do Pará, para uma casa de prostituição — o que já está provado — aqui em São Paulo, e que também, para fazer essas cirurgias plásticas, estéticas, e até de mudança de sexo. Não sei como é isso aí... Bom, se não for, como o senhor diz aí... O que nos estranha, Dr. Jair, é tanta acusação, que eu voltei a dizer... E o senhor vê, tantas pessoas de uma só cidade, ou várias pessoas de uma só cidade, vindo de uma pessoa também com uma reputação, que está aqui provada, de uma casa de prostituição, o senhor tendo uma clínica renomada — e o senhor não quer citar o nome, e não deve, para não expor pessoas importantes aqui de São Paulo, até do meio artístico...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Depois eu posso passar para o senhor.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Isso aí, claro que tem que preservar as pessoas.

Mas uma clínica tão renomada ver assim, uma ligação... Mostra, sim. Acho que a acusação sobre o senhor deve ser dessa ligação muito grande com essa pessoa, desse intercâmbio, pode-se até dizer, de uma casa de prostituição, com travestis, e vindo... Porque quando se fala aqui da questão tráfico de pessoas, é que há indícios de que vinham pessoas de outros Estados, e especialmente, provavelmente, de Belém do Pará para São Paulo. O senhor é um homem formado, uma pessoa que tem uma clínica de renome, não sentia que não pegava bem, assim, essa pessoa sempre trazendo pessoas... Eu acho que é isso, assim... Desculpe, mas...

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Eu vou colocar.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Como já disse, esse intercâmbio, essa ligação muito grande dessa pessoa, sempre acompanhada...

Geralmente, a gente sabe, essas pessoas, quando vêm, vêm em condições financeiras muito ruins, e alguém leva... E aí é onde está essa questão do tráfico, porque elas ficam dependentes daquela pessoa porque, quando elas chegam, ela



paga a cirurgia e, a partir de então, essa pessoa fica dependente. Aí é onde entra a questão do tráfico de pessoas, a influência, a dependência financeira daquela pessoa que existe... Não é só no exterior. Como vemos aqui na CPI do Tráfico de Pessoas, são muitas coisas que estamos vendo em oitivas, investigando, e essa dependência financeira, em que uma pessoa banca e, a partir daí, tem um domínio em cima daquela outra pessoa.

Acho que é onde, mais assim, com todo o respeito ao senhor, que está, como já foi dito, contribuindo, mas é essa ligação que nos deixa um pouco preocupados aqui, e esperamos que o senhor nos dê melhores informações.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Então, aproveito as palavras do senhor para responder o que respondi bem no início das minhas palavras. O senhor achando que se eu tivesse conhecimento de algo nesse sentido, tendo o nome que eu já tenho na cidade, eu poria a minha clínica em risco, meu nome em risco, o público, por causa de 4 mil reais? Eu estaria fazendo uma clínica clandestina, no fundo de uma casa, na periferia, e usando um nome falso. Como eu falei, seria tolice da minha parte entrar numa quadrilha pra ganhar tão pouco e expor meu nome com a clientela que eu já tenho.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Mas o que nós falamos aqui é o seguinte. Que o senhor, na primeira, na segunda, devia ter cortado (*ininteligível*) fazer lá mesmo, em nome da clínica.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Eu sei. Eu não faria.

**(Não identificado)** - Qual foi, Deputado?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Eu não sei. Paralisou-se depois de denúncias.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Sim, porque eu só fui saber depois de denúncias. Se eu soubesse, eu já teria paralisado. Se eu suspeitasse que a polícia estivesse sabendo de algo e eu tivesse parte nisso, eu teria parado antes. Se eu tivesse alguma suspeita, alguém me ligasse "*Olha, a polícia está atrás de mim*", não ia parar sabendo e não teria ido à polícia só por conhecimento disso.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - A pergunta que eu fiz ao senhor foi se, quando o senhor começou a observar pessoas vindo da mesma cidade, com a mesma pessoa...





**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Foi essa a pergunta que eu fiz pra elas. Eu perguntei: *“Por que vêm tantas pessoas da mesma cidade?”* Ela falou: *“Porque todo mundo se conhece lá”*. E, realmente, nos grupos desse tipo de grupo, todo mundo se conhece, ainda mais em uma cidade... Se em São Paulo todos esses grupos de pessoas se conhecem — tanto que o meu nome é citado por outros, porque se conhecem —, imaginem em uma cidade menor como Belém!

Ela falou: *“A gente vem porque já é indicada a pensão da Telma. Já temos conhecidos lá, e a gente vem pra lá”*. Agora, eu não ia me expor, com certeza, assinando o meu nome por esse valor e passar constrangimento por isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não. Não há mais perguntas. Eu quero agradecer ao senhor, Dr. Jair, pelas suas contribuições que, com certeza, nos ajudaram a entender melhor essa situação. E eu quero facultar, mais uma vez, a palavra ao senhor, se houver alguma coisa que, espontaneamente, o senhor queira dizer, firmar, para pôr em sua defesa, enfim.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Não. Essas questões já foram, inclusive, pesquisadas junto ao DHPP. Sempre me coloquei à disposição em acompanhar, em tudo. A minha clínica, como eu estou falando, está à disposição, se os senhores quiserem visitá-la, ver os prontuários. Não tenho nenhum tipo de problema em relação a isso e estou sempre disposto aqui em poder ajudar.

Agora, o que eu posso confirmar é que a única linha de ligação dessa história de tráfico de pessoas comigo é que eu realizei alguns procedimentos de pessoas que estavam ligadas a essa casa. Só isso. Fora isso, posso confirmar que não tenho nada a ver com prostituição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Muito obrigado.

**(Não identificado)** - Se tivesse implante de cabelo, iria ter logo três aqui.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Pode deixar. Mas traga referências para mim, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Sr. Jair.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Obrigado.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Dr. Jair, eu quero só fazer uma observação e, mais uma vez, agradecer.

A gente percebe que o senhor é uma pessoa de bem.



**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Tomar cuidado.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Isso.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Tomarei bastante agora.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - O senhor não sabia, mas hoje o senhor já está sabendo.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Com certeza. Não tenho mais desculpa.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - E como o senhor selecionou os pacientes pela condição de pagamento, é importante o senhor avaliar essa questão agora.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Pode deixar.

Agradeço a orientação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Jair, pelos seus esclarecimentos. A gente, depois, vai lhe passar toda a audiência.

Muito obrigado. Um bom dia para o senhor. Um bom fim de semana.

**O SR. JAIR ROBERTO MATOS ORIFICE** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Quero convidar o Sr. José Ciaglia. Essa expressão está certa? (*Pausa.*)

O Sr. José Ciaglia é representante aqui da Portuguesa Santista e da instituição que foi denunciada recentemente, ainda em primeira instância, objeto de uma condenação por parte do Tribunal de Justiça de São Paulo, pelo fato de ter, através da sua escolinha de base, trazido vários jovens para a prática — pelo que consta aqui das nossas informações — de uma atividade que era terceirizada pela Portuguesa Santista. Portanto, é um dos casos que nós estamos também apreciando na CPI.

Não é o único caso da Portuguesa Santista. Existem outras situações também por nós já identificadas. Daí o nosso interesse em que o representante da Portuguesa Santista estivesse aqui, nesta audiência, para prestar os esclarecimentos necessários, devidos, para que a gente possa compreender melhor esse episódio. A partir daí, todos os outros que estão colocando essa situação em situações recorrentes, hoje, em vários lugares do Brasil, de jovens que são atraídos por essa ideia de se tornarem jogadores profissionais bem-sucedidos nas escolinhas



de futebol e acabam, muitas vezes, sendo vítimas de pessoas oportunistas e redes mesmo criminosas, utilizando isso para outros fins que não aquele que foi inicialmente desenhado.

Então, da mesma forma, a gente queria agradecer a sua presença aqui na CPI. O nosso objetivo aqui...

Nós não somos polícia nem Ministério Público nem Justiça. Nós não vamos condenar ninguém, nem cabe a nós exclusivamente a atribuição de investigar. Portanto, a CPI tem uma missão especial, definida pela Constituição brasileira, e nós fomos designados pelos nossos pares para representar a Câmara dos Deputados nessa missão de tentar investigar e compreender melhor o fenômeno do tráfico de pessoas no Brasil, que é um problema que hoje já não é mais desconhecido de todos.

Então, eu queria agradecer ao senhor pela sua disponibilidade de vir aqui nos ajudar a compreender esse processo. Eu vou lhe facultar a palavra, para o senhor fazer as suas considerações. Depois nós a passamos aos nossos Deputados e Deputada para fazer as suas considerações. Está certo?

Pois não, doutor.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado. Meus cumprimentos a todos. Eu me encontro hoje na qualidade de Presidente da Associação Atlética Portuguesa. Tomei posse no dia 1º de novembro de 2011 e tenho mandato até outubro deste ano. Eu agradeço a oportunidade porque, enquanto eu estiver como Presidente da Associação Atlética Portuguesa, tem que ser de minha competência resolver aquilo que aflige as nossas cores. A Portuguesa tem 95 anos de existência. Eu tenho 72 anos de idade. Podem contar comigo onde for, em qualquer lugar, para ajudar realmente a esclarecer esse episódio e culpar realmente aqueles que tiverem culpa. Eu não sei se posso, Presidente. Eu fiz uma espécie de relatório e eu não sei se é permitido, porque eu nunca enfrentei uma situação dessas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Desculpe interromper, apenas para lhe deixar mais à vontade. O senhor tem o tempo que achar necessário. Nós temos um limite aqui, evidentemente. Inicialmente, nós damos 20 minutos, mas o senhor pode se estender, se achar importante. O senhor pode fazer,



dizer o que o senhor quiser, pode ler o relatório, pode citar, pode deixar na CPI se quiser. Fique absolutamente à vontade para se expressar do jeito que o senhor achar conveniente.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Perfeito. Só um reparo, Presidente. Não foi e não é escolinha de futebol da Portuguesa. Escolinha de futebol da Portuguesa existe até hoje, e bem, com garotos só da localidade. Então, esse episódio que se deu, embora eu não estivesse como Presidente na ocasião, eu tenho conhecimento de todos os fatos e a CPI pode contar, como eu falei há pouco, com tudo aquilo que for preciso para esse esclarecimento. Já que me é permitido, eu gostaria de fazer a leitura, não na totalidade, porque a intenção é deixar com o Presidente, com a CPI, toda essa documentação que eu consegui relacionar. Trata-se, evidente, do Processo nº 526, de 2011, datado de 3 de maio de 2011 — evidentemente antes do início do meu mandato —, oriundo da Vara da Infância e da Juventude e do Idoso de Santos, cujo objeto foi avaliar as condições de sobrevivência de atletas menores constatadas pelo Conselho Tutelar da Cidade de Santos. Como informado e descrito ao Juiz de 1ª Instância, essa associação celebrou contrato de gerenciamento esportivo departamento amador Sub-15 e Sub-17, portanto menores, em 1º de agosto de 2006, com Fernando Cezar de Matos, que representava, na ocasião, uma entidade que estava sendo formada de nome Biosa Empreendimentos Esportivos. Veja, Biosa, para aquele que acompanha o futebol, é o nome carinhoso dado à Associação Atlética Portuguesa, e esse cidadão aproveitou esse nome Biosa e constituiu a firma dele, dando-se, então, toda a responsabilidade pela administração, controle e gerenciamento daquele departamento. A Associação foi surpreendida, em 19 de maio de 2011, com notícias veiculadas pela imprensa local, que davam conta da constatação pelo Conselho Tutelar da existência de menores vivendo em precárias condições, agrupados em um diminuto apartamento da cidade, os quais declararam que foram trazidos do Pará, recrutados por um senhor de nome Ronildo, pessoa desconhecida dessa Associação, com a promessa de jogar na Associação Atlética Portuguesa, porque, diga-se de passagem, Presidente, durante esses 95 anos de existência, a Associação Atlética Portuguesa revelou vários craques para o futebol brasileiro, aqueles mais antigos como Argemiro, da seleção, como o Tim, como o Joel Camargo, Marçal, Pagão, o célebre Pagão, que fez dupla com o Pelé,



recentemente os primeiros passos futebolísticos do Neymar foram na Associação Atlética Portuguesa. Disso, o Ministério Público foi imediatamente informado e ofereceu denúncia que foi acolhida pelo Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude, de Santos, que determinou a abertura do processo, do que tanto a Associação quanto o Sr. Ronildo foram intimados a apresentar defesa e comparecer à audiência designada então para o dia 16 de junho de 2011. Diante do quadro, e sem maiores questionamento, a Associação também não se quedou inerte e, em princípio, transferiu os menores para um hotel da cidade, oferecendo--lhes melhores acomodações. Assim que saiu veiculada essa notícia nos jornais, a diretoria da ocasião entendeu, após essa denúncia, de levar esses garotos e hospedá-los na pousada Conde do Pinhal, que fica na Praia do Gonzaga, em Santos. Posteriormente, evidente, a Associação apresentou a defesa, juntando a ela o contrato de gerenciamento esportivo departamento amador e, nessa audiência, juntamente com o Sr. Ronildo, foi pedido um prazo de 30 dias para entabularem uma proposta de adequação quanto à Lei Pelé no que tange ao atendimento médico, odontológico, convivência familiar e acompanhamento psicológico. Contudo, inobstante ao acordo em audiência, a Associação, após análise interna, resolveu proceder, como eu já falei, à remoção desses menores para suas cidades de origem, além de abrir inquérito interno para apuração dos fatos e responsabilidade que apurou da Biosa Empreendimento Esportivo na pessoa de seu representante legal, Fernando Cezar Matos, pois o mesmo, sem o conhecimento da Associação, transferiu a terceiros o controle da categoria sem analisar e avaliar antes, se o referido detinha condições para desenvolver um trabalho decente e digno até em respeito ao nome da Associação. Em prosseguimento... Prosseguindo, o Juiz de 1ª Instância, sentenciando o feito, não sem antes proceder, na data de 10/11/2011, à constatação de que os menores haviam retornado aos seus lugares de origem, em sentença dada, já na minha gestão, de 13 de fevereiro de 2012, declarou cumprida a obrigação e extinguiu o feito, sem culminar pena, fazendo, contudo, ressalva expressa contra a reincidência no recrutamento de menores, sem a observância do Estatuto da Criança e do Adolescente, acarretando, nesse caso, uma multa de 50 mil reais por atleta se voltasse a acontecer esse episódio. O Ministério Público não aceitou a decisão e, em 8 de março de 2012, ofereceu apelação, devidamente



contra-arrazoada em 5 de abril de 2012 pela Associação, a qual foi recepcionada pelos Desembargadores do egrégio Tribunal de Justiça, que reformou a decisão de 1ª Instância nos seguintes termos: *“E porque tal rotina deve parar é que se acolhe a pretensão de liquidação oportuna da indenização pelos danos morais, futuramente considerados os estreitos limites patrimoniais das partes envolvidas, fonte informadora relevante para a fixação do reparo, para que a sanção pecuniária não se transmude em enriquecimento sem causa, remanescendo como observação.”* Está nesse dossiê. Esses são os fatos que nortearam o processo noticiado que se faz necessário historiar para os Srs. Deputados. Mas as providências administrativas da Associação não pararam aí. Em 19 de julho de 2011, a diretoria da ocasião denunciou o contrato existente e firmado lá em 2006. E, já na minha gestão, logo após eu ter assumido, que se comprovou todas essas irregularidades, nós entramos com uma proposta judicial no dia 02/01/2012, com a rescisória, com indenização por danos morais da terceirizada. Isso aí tramita na 8ª Vara Cível da Comarca de Santos, sob o nº 049/2012. Então, senhores, no nosso entendimento, no entendimento da Associação, nós terceirizamos, sim, em 2006. E, diga-se de passagem, a diretoria da ocasião, quando fez o contrato de terceirização, eu acredito que eles tenham analisado quem era o representante dessa firma. E, por incrível que pareça, o representante dessa firma foi formado nas nossas categorias de base. Na ocasião da formação desse elemento como jogador de futebol, fui eu quem assinou o primeiro contrato profissional com ele. Na ocasião, eu era Diretor de Futebol Profissional da Portuguesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor fala do Fernando ou do...?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Do Fernando. Do Fernando. Esse Fernando teve uma trajetória por mim considerada excelente: ele saiu da Portuguesa e foi para o Santos; do Santos foi para o Rio de Janeiro, sendo capitão da equipe do Flamengo, Vasco da Gama; foi jogar em Portugal; voltou para o Brasil; jogou na Portuguesa em São Paulo, jogou no Guarani, de Campinas; e encerrou sua carreira na própria Portuguesa nossa. Quer dizer, a vida esportiva que ele desempenhou talvez tenha levado a diretoria da ocasião a fazer esse contrato por 10 anos — um contrato feito por 10 anos! — e que foi rompido por mim agora, em 2012, após esses fatos todos



que se comprovou. A responsabilidade toda era dessa firma. Nós não tivemos — eu digo nós, embora eu não era o Presidente da ocasião —, mas a Portuguesa não teve conhecimento de que ele estava fazendo esse acordo com esse tal de Ronildo. O Ronildo nem na Portuguesa entrava. E não entrou na Portuguesa. E quando aconteceu esse episódio, a Portuguesa deu toda a cobertura. Nós recebemos várias ligações dos pais dos garotos que estavam lá — de Belém do Pará, de uma cidade próxima, não me recordo agora qual é —, nos cumprimentando porque nós tínhamos tomado aquela iniciativa, que nós entendemos como uma obrigação nossa de levá-los para um lugar decente. Ficou comprovado realmente que o ambiente em que eles estavam, embora um bairro de primeira linha em Santos, Ponta da Praia — quem conhece Santos sabe —, de frente para o Aquário Municipal, fosse um quitinete, com uma única dependência, onde ficavam um em cima do outro, praticamente, quase que 12 menores. E a Portuguesa, ao saber disso, com a intimação que nós recebemos, nós alojamos, como eu falei, na Pousada Conde do Pinhal, na Praia do Gonzaga. Eu não entendo como tráfico de menores ou tráfico de pessoas, porque eles tinham o direito de ir e vir. Tinham alimentação e tinham uma residência. Bem ou mal, tinham uma residência. A Portuguesa jamais aproveitou fisicamente ou moralmente desses menores. Eles disputaram, sim, um campeonato da Federação Paulista de Futebol, devidamente documentado, com as inscrições feitas, levadas por esse Fernando, autorização do pai e procuração. Então, toda a documentação foi feita, cumprindo-se as exigências da Federação Paulista de Futebol. E eu, me colocando à disposição — evidente que não pode ser de outra forma —, eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer menção só a mais dois documentos, se me permite. Em 27 de julho de 2012, nós recebemos do Ministério Público do Estado de São Paulo, em que comunicava o arquivamento do inquérito civil, uma recomendação: *“Sem prejuízo, encaminhando-se cópia desta manifestação, determino a expedição de recomendação ao Santos Futebol Clube e à Associação Atlética Portuguesa para que mantenham a mesma atuação visando ao respeito e zelo ao direito à educação de seus atletas menores de 18 anos, encaminhando as novas relações dos comprovantes de matrícula e frequência escolar à Federação Paulista de Futebol. Vinte e cinco de julho de 2012, Dr. Carlos Alberto Carmello Júnior, Promotor de Justiça.”* E também gostaria de fazer menção a um expediente



já agora, em 2013, que a Federação Paulista, tendo comunicado à CBF essa situação, enviamos os esclarecimentos e, por último, recebemos, nos dia 25 de fevereiro, um ofício dirigido ao Presidente da Associação Atlética Portuguesa, com o seguinte teor: *“Recebemos, através da Federação Paulista de Futebol, ofício que V.Sa. enviou à citada Federação esclarecendo o episódio relativo à utilização de menores no futebol de base dessa agremiação que gerou o Processo nº 565/2011, Santos. Tínhamos plena convicção de que essa conceituada Associação, que sempre teve conduta ilibada dentro do meio esportivo, principalmente no que se refere ao futebol, faria o devido esclarecimento junto ao órgão competente. Ao cumprimentar a Associação Atlética Portuguesa, na pessoa do ilustre Presidente, pela exemplar conduta, aproveito para reiterar a V.Sa. os nossos protestos de estima e consideração.”* Esse foi o último procedimento, e agora — hoje é quinta-feira —, na segunda-feira ou terça, a SBT foi fazer também uma reportagem lá na Portuguesa, também sobre esse assunto. Então, Sr. Presidente, eu me coloco totalmente à disposição para, dentro do que eu conheço e de que eu sei, fazer os esclarecimentos. E, ainda com a responsabilidade de ajudar o máximo possível, na apuração dos que foram realmente culpados por essa situação, e até chegar à penalidade. Porque não é justo que a minha Associação, com 95 anos, não importa que tenha feito um contrato de 10 anos em 2006, seja penalizada ou seja até ridicularizada por um procedimento que não teve a mínima culpa. Está à disposição toda essa documentação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu lhe agradeço. O senhor pode deixar aí que eu vou já pedir para o Dr. Marcos... O senhor pode disponibilizar isso para nós?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - É claro. Quanto mais tiver necessidade, é só me comunicar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. José Ciaglia, pelas suas informações, pelos seus esclarecimentos.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Assinei. Está assinado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu vou passar rapidamente aos nossos Deputados e Deputadas, para solicitar as informações que sejam necessárias e, já de antemão, agradecer pela sua disponibilidade. A gente vê que o





senhor é um cidadão, como Presidente hoje da instituição, interessado. E, pelo que ouvimos aí dos documentos e dos procedimentos feitos pelo senhor como Presidente da Portuguesa Santista no sentido de coibir, de eliminar qualquer risco ou possibilidade futura de que essa prática criminosa venha a se hospedar, digamos assim, na legenda da Portuguesa Santista.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Posso me prolongar 2 minutos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Pode.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - É interessante. Veja, eu tenho 72 anos, sou formado, sou Presidente do Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado de São Paulo, sou Vice-Presidente da Cooperativa Mista de Pesca Nipo-Brasileira, não dependo nem um pouco do futebol, pelo contrário até, mas eu culpo também, Presidente, os pais. Como é que um pai pode fazer uma procuração ou uma autorização para um cidadão que talvez não conheça, levando seu filho para um lugar tão longe só com aquela de que *"Poxa, vida, ele pode se tornar um craque de futebol, e eu vou fazer minha independência financeira"*. Eu culpo os pais, que têm que analisar para onde vai o filho e com quem vai o filho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu entendo a sua preocupação, mas a gente precisa ter cuidado para depois não transformar as vítimas em réus. Na verdade, isso não desincumbe...

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Isso é um desabafo meu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro, eu entendo e eu também, de certa forma até, digamos assim, me alinho com a sua preocupação, mas a gente precisa ter cuidado para não desimputar aos criminosos a prática criminosa, porque essas crianças vêm de uma condição indigente, socialmente falando, e muitas vezes um aceno com essa propaganda de transformar esses jovens garotos num cidadão bem sucedido, com fama, com riqueza, com muita coisa...

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - É verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Nós já vimos coisa pior na CPI, com meninas que foram pelos pais autorizadas a ir para o estrangeiro, meninas inclusive menores de idade, e autorizadas, avalizadas, e eu diria que até estimuladas, em alguns casos, para irem, sabendo dos riscos.



Agora, nós não podemos, com isso, aliviar a dor de quem é responsável por esse crime, pela prática criminal, porque esses meninos foram de boa-fé, esses garotos e essas famílias foram na falsa ilusão de que um garoto desses ia voltar para o seu Estado com uma Ferrari, um patrimônio de não sei quantos milhões e uma capa de jornal toda semana.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - E o mais importante, Presidente, que talvez eu não sei se vocês têm conhecimento, mas eu tenho. Esses garotos vieram para cá com os pais pagando para esse cidadão Ronildo. Isso é uma vergonha. Desculpem-me pelo desabafo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A gente precisa entender o enredo como um todo. Eu conheço um pouco, e conheço algumas das famílias. Eu sou do Pará, eu conheço algumas, já tive contato com algumas das famílias de alguns desses garotos, e a situação de... Eles são atraídos por essa falsa ideia e, evidentemente, caem nas garras desses espertos, desses criminosos que nós precisamos combater.

Enfim, vou passar a palavra à Deputada Flávia. Por favor.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Bom dia, Sr. José Ciaglia. Obrigada pela participação também na nossa CPI. Eu gostaria que o senhor explicasse para nós, de forma bem resumida, um pouco do que tratava esse contrato com essa empresa terceirizada. O que a Portuguesa Santista contratou quando...? O senhor falou que é um contrato que tem 10 anos. Qual o serviço que era contratado?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Veja, a cópia do contrato está nessa documentação. Não foi eu quem fez o contrato, mas eu tenho conhecimento.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Nada contra o... Não é a pessoa do senhor que responde. O senhor fala em nome da Associação.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - É a Associação. Foi contratado, como eu li também, toda a administração, controle e gerenciamento por conta do contratado. A obrigação da Portuguesa era ceder as instalações para a prática do futebol, ceder as instalações para o treinamento, e, diga-se de passagem, Deputada, eu tomei conhecimento de que esses garotos nem na Portuguesa treinavam. Eles treinavam na areia da praia. Então, a responsabilidade da Portuguesa nesse contrato era de fornecer as instalações para a prática do futebol.



**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - E qual era a responsabilidade da empresa contratada com a Portuguesa?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Era fazer todo o controle, administração e gerenciamento dos atletas, vamos chamá-los de atletas, dando toda assistência possível.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - O senhor acredita que houve uma certa negligência da Portuguesa no sentido de acompanhar a execução desse contrato?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Ela acompanhava o contrato. Não se sabia, talvez aí tenha sido a falha, que eles moravam num apartamento pequeno, com 12 garotos — me parece que era o número deles, ou 8 ou 12, não sei —, dormindo num único quarto.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Inclusive não sabiam também que os jovens nem estavam treinando na Portuguesa?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Não, que não estavam treinando na Portuguesa era evidente...

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Essa também foi uma quebra do contrato, porque no contrato estava previsto que eles deveriam estar treinando...

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Exatamente.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - ... e isso também não foi acompanhado.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Mas há um detalhe: eles participaram do campeonato de 2011, registrados devidamente na Federação Paulista em nome da Portuguesa. Quando a Portuguesa tomou conhecimento disso, a primeira medida que a Portuguesa fez, a Diretoria, foi levar esses garotos para serem acomodados, como eu falei...

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - É, mas aí nós estamos falando do treinamento. Em relação ao treinamento, o senhor falou que estava previsto no contrato que eles treinassem no clube...

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Sim, eles só passaram a treinar nas instalações da Portuguesa depois de serem inscritos na Federação Paulista.



**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Então, não foi de acordo com o contrato, com o que estava previsto no contrato. Houve uma quebra do contrato e houve...

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Houve uma quebra do contrato.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Na verdade, não foi visto a tempo, não havia um acompanhamento periódico, assim, passo a passo, do cumprimento do contrato.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Não, não, não havia.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - E outra questão que eu queria ver com o senhor. No contrato estava descrita a forma, as garantias que esses jovens teriam nesse recrutamento em relação à educação, à acomodação? Eles tinham algum salário, esses jovens vinham com algum estágio, algum...?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Não.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Nada, nada?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Por conta da Associação, não. Não tinham salário, porque era departamento amador.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Não, no contrato... O contrato era feito para uma empresa recrutar esses jovens.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - É, mas me parece, Deputada — é questão de verificar o contrato —, que não tinha nenhuma cláusula nesse sentido. A obrigatoriedade de apresentar a escolaridade, de apresentar a documentação autorizativa dos pais, isso era exigido pela Federação no ato da inscrição. Só se poderia inscrever o garoto, o menor, com autorização do pai e com a escolaridade junto, com o atestado de escolaridade. Isso era feito pela Secretaria da Portuguesa, com os documentos entregues pelo terceirizado. Ele entregava o documento, a Secretaria da Portuguesa conferia se a documentação estava conforme e encaminhava para a Federação Paulista de Futebol, e, em troca disso, vinha o cartão, quando a documentação estava idônea.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Só para reforçar a pergunta.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Pois não.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Uma coisa é a declaração de escolaridade, outra coisa é o comprovante de que ele está cursando. Na verdade,



quando esses garotos vinham, eles interrompiam a sua vida escolar? Durante o treinamento eles interrompiam sua vida escolar?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Não, eu tenho conhecimento de que eles frequentavam a escola em Santos num período diferente ao treinamento. Quase que na totalidade, pelo que nós temos conhecimento ou tivemos conhecimento na ocasião, eles estudavam à noite, em colégio próximo onde eles estavam. Disso eu tenho certeza absoluta que era isso, porque a documentação de escolaridade que veio para a Secretaria encaminhar à Federação provava isso.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Eles estavam cursando. Não houve interrupção.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Não houve rompimento, isso eu posso garantir.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k., Deputada. Deputado Paulo Freire.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Só uma pergunta, Sr. Presidente. Com todo respeito ao nobre orador que representa a Portuguesa, eu quero somente fazer uma pergunta. O contrato que a Portuguesa tinha era com uma outra empresa que estava contratando esses profissionais — vamos chamar assim — amadores para que viessem treinar, e vocês, pelo contrato, somente se responsabilizavam em ceder a área de treinamento. É isso?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Perfeito, e as instalações completas. Esse contrato foi firmado com o Sr. Fernando Cezar de Matos, que representava, na ocasião, uma firma em constituição, Briosa Empreendimentos Esportivos, que, por sua vez, por sua vez, passou esses poderes, sem a nossa anuência e o nosso conhecimento, a esse cidadão chamado Ronildo das quantas . E foi esse Ronildo, que, segundo eu tenho conhecimento, arregimentou esses garotos lá, do Norte, trazendo para cá.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Essa seria a única responsabilidade da Portuguesa... Só para esclarecer, para ficar bem...

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - ... bem (*ininteligível*) isso, de que a Portuguesa só tinha a responsabilidade de ceder, pelo contrato que tinha com uma



outra pessoa, com outra empresa, ceder o local para o treinamento desses garotos. Não é isso?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - O treinamento, e, evidentemente, vestiários para troca de roupa durante os jogos, essas coisas.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Claro. Por que, então, o senhor me explica, que o Tribunal de Justiça de São Paulo condenou a Portuguesa por tráfico de seres humanos? Qual foi a evidência, qual foi...? Em que eles se apegaram para poder condenar a Portuguesa, porque a notícia é que a Portuguesa foi condenada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo por tráfico de seres humanos?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Sr. Deputado, me desculpe. Essa sentença está apenas a esse dossiê. Parece-me que a penalidade que a Portuguesa sofreu foi na reincidência, se estivesse reincidente, de pagar uma multa de 50 mil reais por atleta. É a única condenação de que eu tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Aham.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Ela não foi...

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - O senhor acredita que a Justiça não entendeu, ou entendeu que a Portuguesa teria algumas obrigações mais com esses garotos, ou não?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Ela entendeu que teria essa obrigação porque ela determinou para a Portuguesa que providenciasse a remoção quando, em tempo hábil, a remoção dos garotos para o local de origem. Essa foi uma obrigação dada para nós.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Aham.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Ela determinou também, embora nós já tínhamos feito, e houve a constatação, que se mandou um Oficial de Justiça, de que seriam removidos esses garotos para um local mais decente, e nós já tínhamos feito. Então, isso ela...

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - O Departamento Jurídico de vocês não conseguiu provar que vocês não tinham essa obrigação com esses garotos? Porque os garotos foram contratados por uma outra empresa, vocês só tinham o contrato para ceder o local, não é verdade? É a mesma coisa de uma pessoa...

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Mas...Mas há uma diferença, Deputado.



**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Pois não.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Infelizmente, tudo isso em nome da Portuguesa.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Ah, tá. Isso, então... Então, a Justiça tem razão, a Portuguesa não teria somente a responsabilidade de ceder o local, ela teria...

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Não! Cedeu o nome também.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Cedeu o nome também.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Cedeu o nome!

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Cedeu o nome e também tinha a responsabilidade de cuidar.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Tanto é, Deputado, que uma das razões da nossa rescisão feita no meu mandato foi isso, não ter observado o bom nome da Portuguesa.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Aham.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Que está no contrato firmado.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Então era tudo feito em nome da Portuguesa.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Tudo feito em nome da Portuguesa.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Ah, então... Então tá certo. Só para esclarecer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Seu José, o senhor disse que esse fato ocorreu na outra administração. Quem era o Presidente, à época, da Associação Portuguesa?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Está também no contrato, esse contrato foi firmado em agosto de 2006, e, na ocasião, o Presidente era... Qual o nome? Eu vou lembrar, eu vou lembrar... Ele foi Vereador até bem pouco tempo em Santos. Oh, meu Deus.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Então, se o senhor se lembrar...É só porque...

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Eu vou lembrar.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Como o senhor disse que, ou seja, essa firma do Sr. Fernando Cezar de Matos, ele usou a marca da Portuguesa?



**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Usou.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Usou a marca.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Usou.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Para usar, teve uma autorização, não é? Então, quem é que autorizou? Foi o Presidente ou foi o antigo Diretor de Esportes Amador, porque todo...

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - É, é.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - todo time de futebol tinha uma espécie de diretor...

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - ... não é, de esporte amador, não é? Aí, deixou de existir esse agrupamento na Portuguesa e foi contratada uma firma terceirizada para tomar conta desse pessoal.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Lembrei, o João Carlos Vieira.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - João Carlos Vieira. Ele ainda é sócio da Portuguesa?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - É sócio, é.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - É sócio.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - É sócio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não teve nenhum problema com ele?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Não, não...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - E a pergunta que o senhor me fez agora...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sim, da marca...

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - A marca.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - ... que foi usada, e quem autorizou.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Quem autorizou não sei, Deputado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não, né? No documento não tem isso?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Foi feito um contrato. Eu não sei.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - O senhor poderia, no caso, depois, se o senhor tiver essa informação, ela é importante para nós, viu? A gente...

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Eu me coloco totalmente à disposição de vocês.





**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - É isso que eu gostei do senhor.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Tá?

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - E quero dizer ao senhor que a sua Associação Portuguesa tem uma marca que parece a marca do Vasco da Gama. Se o senhor tiver jogador bom manda para o Vasco da Gama, não manda para o Flamengo, não. *(Risos.)*

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Não. Uma curiosidade: existe, no Rio de Janeiro, a Associação Atlética Portuguesa. Essa Associação Atlética Portuguesa do Rio de Janeiro foi fundada baseada na nossa associação. Um grupo de estivadores esteve no Porto de Santos e foram assistir a um jogo da nossa Portuguesa. Acharam bom, foram para o Rio de Janeiro com a ideia, fundaram a Associação Atlética Portuguesa. Cansam de mandar convites para ir visitar as instalações. Mas eu ainda devo uma resposta, Deputado. Por incrível que pareça, com 95 anos de existência, a Portuguesa não tinha registrado, na Marcas e Patentes, essa designação "Briosa". Só agora que nós o fizemos. Então, a qualquer instante, qualquer um podia utilizar essa marca. Sem querer vaidade para mim, se eu fosse o Presidente, se eu tivesse sido Presidente na altura, jamais usaria esse nome Briosa.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - É. E, Sr. José, e o Fernando Cezar de Matos, sabendo que não havia qualquer registro dessa... Ou seja, ele poderá inclusive entrar com uma ação contra a atual administração usando de uma patente que foi registrada por ele na empresa. Esse fato é que chama a atenção. Mas eu queria saber do senhor o seguinte: o senhor conhece o Sr. Fernando Cezar de Matos? Tem algum... Como é que, depois que o senhor soube dessa questão, da denúncia que foi feita pelo Ministério Público, do Conselho Tutelar, que também foi lá e identificou, do juiz que determinou aquela, o senhor procurou o Sr. Fernando Cezar para explicações?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Eu não procurei o Fernando porque achei que não devia procurá-lo, embora eu o conheça.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Conhece.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - O meu... Como eu falei, quando ele saiu das equipes de base da Portuguesa...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sim.



**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Fui eu que fiz o contrato profissional com ele.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - É.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Quando ele foi vendido para o Santos, fui eu que dei a anuência.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sim.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Então, eu conhecia perfeitamente bem o Fernando.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - E havia... A trajetória futebolística dele ninguém tem nada a comentar.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - É.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Talvez por isso é que levou a essa situação.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Claro.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Agora, eu acho que eu não deveria procurá-lo; pelo contrário, eu entendo que ele deveria me procurar. Simplesmente ele sumiu, ninguém mais acha o homem.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Muito bem. Agora, uma outra coisa, o nome da outra figura é Ronildo Borges de Souza, o que trazia os futuros craques para a Associação Portuguesa, para, através desse Departamento, e dessa empresa que foi criada pelo Sr. Fernando Cezar de Matos... Ou seja, ele era o intermediário. E o senhor conhece o Sr. Ronildo Borges de Souza?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Infelizmente, conheci.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Conheceu. Pronto.

Esse Ronildo trazia jogadores só do Pará ou trazia de outros locais?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Tem não.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Pelo que me consta, só do Pará.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Do Pará. O senhor... Talvez...

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - ... ele tenha trazido também para outros times também lá, de Santos, não é?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Acredito que sim.



**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Até o jogador, lá, o Ganso, pode ter até vindo nessa... Nessa não.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - O Ganso, não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Mas um outro, quase que com certeza, não posso afirmar, porque não tenho... Quase que com certeza foi cria dele.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Foi, né?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Outro jogador que, por sinal, muito bom, está fora do Santos hoje, pertence a uma outra equipe, e, pelo que se comentou na ocasião, esse Romildo seria o...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - O empresário dele.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - A princípio, sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - É. Essa empresa era uma empresa terceirizada. Ou seja, a Portuguesa dava toda a estrutura de campo, também dos espaços para treinamento, mas, ou seja, no contrato tem sempre duas partes, é?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Tem.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - A Portuguesa recebia alguma coisa, ou tinha algum benefício com relação a isso aí?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Há uma cláusula nesse contrato que, no sucesso de alguns desses garotos, conseguiam qualquer transação futebolística, que é normal. Essa empresa pagaria ou repassaria para o Portuguesa em torno de 10% do que fosse arrecadado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo. No caso de esses garotos que vieram para e estavam lá na Portuguesa, os dez, se algum surgisse como craque e fosse levado para um outro clube, a Portuguesa teria 10% do valor do passe?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Dez por cento do valor do passe.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Alguma vez algum desses jogadores o senhor tem informação de que eles poderiam ter sido levados para fora do País?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Não tenho essa informação.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não tem, não, né?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Não. E também, dentro da minha forma de enxergar o futebol, desses aí, talvez um que jogava como goleiro — e estou percebendo que



o Deputado acompanha futebol e conhece futebol —, talvez um que jogava no gol pudesse ter alguma possibilidade. Não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo. A denúncia que foi feita, primeiro foi uma denúncia que foi feita ao Conselho Tutelar, que esteve lá no pequeno apartamento no Bairro Ponta...

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Ponta da Praia.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Ponta da Praia, em Santos. Aí eles constataram a situação em que se encontravam os garotos, e o Conselho Tutelar entrou com uma ação e eles foram inicialmente levados para um hotel e, posteriormente, voltaram para casa. Isso pela informação que nós temos. Ou seja, é claro que deve ter sido melhorada a casa. O senhor não tem essa informação, não?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - A partir dessa denúncia, o Promotor da Infância e da Juventude de Santos, Sr. Carlos Alberto Carmello Júnior, fez uma denúncia. O senhor conhece esse Promotor, o Sr. Carlos Alberto Carmello Júnior?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não. Então, aqui diz o seguinte: a forma como viviam os adolescentes. Abre aspas: *“Eles estavam sem proteção médica, sem uma pessoa para gerir a questão da educação...”* — porque é uma das exigências, no caso, ter alguém para acompanhar se está estudando, acompanhar isso aqui — *e também sem prestação odontológica*”. Aí diz ele: *“Se tivesse qualquer problema com esses adolescentes, eles não tinham sequer um guardião a quem eles pudessem recorrer numa situação de urgência”*. Fecha aspas. São palavras que estão na denúncia que o Dr. Carlos Alberto Carmello Júnior fez e que encaminhou para a Justiça.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Compreendo. A Portuguesa, a partir do instante da denúncia, ofereceu todas essas garantias.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Talvez esse fato de eles retornarem para casa, o fato da...

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Foi a Diretoria que provocou isso.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Muito bem. Aí vem a análise: *“Carmello Júnior considerou a decisão no Tribunal de Justiça de São Paulo importante e única.*



*Para ele, o caso servirá de exemplo para o futuro. Aí abre aspas, “O desembargador, em um voto muito feliz, entendeu que o caso pode se caracterizar emblemático. Talvez em nenhum outro se conseguiria ver a questão da exploração do tráfico de seres humanos tanto quanto neste caso dos jogadores de futebol”.*, disse o promotor a partir da pronúncia do juiz.

Quando a Portuguesa Santista tomou conhecimento dessa decisão, ela emitiu uma nota, ou seja, dizendo que o caso é antigo, e o Departamento de Futebol Amador era gerido por uma empresa terceirizada, na nota. Mas também na nota dizia o seguinte: “*A Briososa*”, que não tinha o registro ainda, “*A Briososa... ainda que, repudiando os fatos,*” esses fatos, “*rompeu o contrato de terceirização após o ocorrido*” E aí diz mais o seguinte: “*...que ainda não foi intimada sobre a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo*”. Por fim, o clube informou que, tomando conhecimento de todo o teor do Tribunal de Justiça, disse que estudará as medidas a serem tomadas judicialmente.

Eu pergunto: essas medidas judiciais também foram encaminhadas com relação à firma do Sr. Fernando César de Matos?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Sim. Se foi denunciado o contrato, foi denunciado mencionando o nome Briososa — não confundir Briosa Empreendimentos Desportivos com Briososa o nome dado à Portuguesa.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sim, mas ele usou o nome Briososa.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Usou o nome, evidente que sim. Se eu estou bem de memória, no dia 19 de julho de 2011, nós notificamos e denunciemos esse contrato.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - E, em janeiro de 2012, nós ingressamos com uma ação.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Só a última pergunta. Com relação ao Sr. Ronildo Borges de Souza, teve também alguma representação contra ele da parte da Portuguesa?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Não, porque o nosso contrato era feito com a Briososa e com o Fernando.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sim, mas o Ronildo era intermediário, fazia...



**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - É, mas ele não aparecia, porque quem aparecia era o Fernando. Só mais um... Com relação ao Ronildo, nessa entrevista que a SBT provocou, eles me disseram que estiveram à procura do Ronildo, e somente localizaram o advogado do Ronildo e que o Ronildo está em lugar incerto e não sabido.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Para hoje?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Ronildo Borges de Souza. Só que ele parece que está em outro Estado, não aqui.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Assim, eu acho que, observando aqui as perguntas e as respostas do senhor, que representa o clube, é Presidente do Clube Portuguesa, eu acho que precisava termos também esse contrato. Ficou devendo aqui. Muitas cláusulas que foram ditas pelo senhor estão aqui no contrato...

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Está aí.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Está tudo aqui, Presidente, no contrato?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Está aí.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Tudo aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Entregou agora.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Ah, foi entregue agora. Porque a CPI precisa também observar mais esse contrato, ver, porque, pelo que o senhor diz, o Ronildo é o Fernando, é uma pessoa idônea, até que o senhor...

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Tem Fernando e tem o Ronildo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - É, o Fernando.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - O Fernando era o dono do contrato.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Certo e uma pessoa que o senhor conhece, com quem tem uma boa reputação, ele saiu de um clube para outro, é o que o senhor disse aí. Mas o Fernando entrega um rapaz chamado de Ronildo, que o senhor também desabona.



**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Não era conhecimento da Diretoria, nem anuência.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - E diz até: *"Infelizmente tive o prazer de conhecê-lo."* Infelizmente, quando o senhor diz, é porque é uma pessoa não grata, pelo que o senhor nos mostra. E, assim, pelas condições que são mostradas pelo Conselho Tutelar, de que foram encontrados em um pequeno apartamento, num cubículo, são maltratados, sem acompanhamento médico, sem escolas, bom, coisas que a gente sabe que um clube... O senhor disse que foi um contrato, uma empresa que terceirizou o trabalho que é para captar jovens para a equipe de base, para que, descobrindo talentos, é claro, ganha 10%. Isso é bom para o clube, é bom para todo mundo, eu entendo, nós entendemos isso. Isso existe em todos os clubes.

Bom, eu acho que essa é uma coisa tão... As condições com que foram entregues, e o clube nunca ter observado essa garotada, fica uma coisa meio... Uma empresa está lá e a empresa... Quanto tempo já fazia desse contrato?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - O contrato foi em 2006, e isso ocorreu em maio de 2011, cinco anos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Cinco anos de contrato, e agora, quando o Conselho Tutelar descobre que o clube vem saber.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Eu posso também lhe garantir, porque, embora não Presidente, eu acompanhava as coisas da Portuguesa, de 2006 a 2010, mil maravilhas.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Outra coisa que me chama a atenção, Presidente, é que tudo vem do Pará. Sempre o Pará está envolvido. Um e outro saíram daqui. O tráfico de travestis vem do Pará; aí o senhor chega, também vem do Pará.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Por isso que o Presidente está aqui, o Presidente da Comissão, porque no seu Estado realmente a coisa... Então, a gente observa aqui... Não, acho que por isso ele é o Presidente, porque ele deve ter observado no seu próprio Estado, vendo essa coisa horrível.

**(Não identificado)** - Esta semana iniciamos o ciclo Pernambuco, aí o senhor vai ver o que é. *(risos.)*



**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Em Pernambuco também?

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Só para dizer que eu disse que ele estava no Amapá, mas ele estaria em Marabá, no Pará.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Nós fomos até o Acre também, que fica na área norte. Bom, eu acho que vamos ainda observar esse contrato. Acho que o time, a partir de agora, vai ter que ter e outros. Que esses contratos sirvam de exemplo não só para a Portuguesa, mas para outros. Quer dizer, terceirizam e depois fica por conta do bode, como se diz lá no Nordeste. E daqui a pouco a culpa cai num terceiro: *"Ah, foi um terceiro. Terceirizou, foi a empresa, nós não temos culpa. O que a gente quer é talento"*. O outro rapaz é o Ronildo?

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO**- É, o Ronildo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Esse é o rufião, ele não aparece no contrato, não é verdade? Ele está no contrato?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Não, mas ele era quem captava as pessoas, não é? Então, se o senhor... O Fernando também por que permitiu que esse rapaz fizesse isso? Então, tem uma certa... Diga.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - A responsabilidade da fiscalização, do gerenciamento e da administração era do terceirizado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Mas o contrato...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - É por isso que precisamos ver o contrato. Se o contrato diz isso, porque eu contrato uma empresa... Bom, mas também não posso dizer nada aqui, porque não vi, não observei o contrato.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Veja, Deputado...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Vamos ser objetivos aqui.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Veja, eu não tiro a responsabilidade de qualquer associação que seja. Eu faria a fiscalização.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Claro. Bom, é só. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A Deputada Flávia ainda tem uma observação, Deputado Paulo Freire. Vamos ver se a gente...





Eu queria fazer só duas observações. Sr. José Ciaglia, eu espero que o senhor possa fazer escola como Presidente da Portuguesa Santista, porque é um patrimônio brasileiro, não é só de Santos. O senhor talvez não tenha dimensão disso, mas todo o mundo já ouviu falar da Portuguesa Santista.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Claro, meu orgulho. É a fita azul do futebol brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro. E aí o senhor já falou e revelou tantos nomes que se notabilizaram no futebol e tantos outros que não são do nosso conhecimento e que devem ter feito carreiras brilhantes no exterior, até no anonimato. Quantos jovens não foram salvos, quem sabe, de um caminho mais espinhoso na vida por causa da oportunidade de terem se tornado atletas na Portuguesa Santista. Lamentavelmente, houve esse episódio, que acaba manchando, de alguma forma, o nome de pessoas como o senhor e de tantos outros conselheiros, beneméritos, sócios e dirigentes da Portuguesa que dedicaram a vida ao clube e são responsáveis por isso acabam tendo uma nódoa, mas não há como destituir de responsabilidade a Portuguesa Santista. A Portuguesa Santista é absolutamente responsável pelo que aconteceu. Claro, a ponto de o senhor dizer: se fosse eu, o Presidente, não acontecia. Por quê? Porque o senhor teria mais zelo em saber cadê o contrato, o que é que está sendo feito com esses meninos, quais são as condições. Com certeza o senhor teria um olhar menos negligente, vamos dizer assim, do que o seu antecessor teve, ou quem estava presidindo, porque também não me cabe aqui fazer juízo de valor.

Mas não pode a Portuguesa fazer um contrato com alguém e essa pessoa não é nem terceirizar, é quarterizar, vamos dizer assim, não sei se essa expressão existe. Quarterizou para um tal de fulano, e este fulano nem sequer botou os pés na Portuguesa. Quer dizer, a Portuguesa não pode dizer que não tinha responsabilidade porque alguém, em seu nome, praticou, porque ela deveria fiscalizar aquele que, em seu nome, estava exercendo a atividade que era para ela fazer.

Se eu deixo alguém na minha casa para tomar conta dos meus filhos, eu preciso ter um mínimo de preocupação com quem está tomando conta dos meus filhos, porque senão estou sendo conivente, cúmplice, negligente ou qualquer coisa do termo, dependendo da gravidade do que acontecer lá.



Então, eu não digo evidentemente que seja o senhor, os dirigentes, mas houve um processo de negligência, e numa prática que não é nova. Eu tive a oportunidade de conversar com o Pará, o lateral do Santos, que é paraense, tá certo?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Foi o elemento que eu quis citar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois é, com o Pará eu conversei. A história do Pará não é muito diferente dessa. Ele passou a comer o pão que o diabo amassou, como se diz na gíria.

Ele até deu uma entrevista dizendo que ele vendia o almoço para comprar o jantar. É isso mesmo. Por situações semelhantes existem milhares de jovens por esse Brasil. Esses meninos não tinham alimentação. Sabe o que o Ronildo dizia quando foi questionado sobre isso? Ele dizia que não podia deixar comida lá, porque senão eles comem tudo.

Um jovem atleta que está em treinamento, supostamente para alcançar um nível de expertise na atividade futebolística, para dar dinheiro para a Portuguesa, para dar dinheiro para o Ronildo, para dar dinheiro para o Fernando, está certo, porque cada um come uma parte... E, lamentavelmente, nós vivemos num País em que as instituições maiores também não dão exemplo. O escândalo que foi essa CBF com o Ricardo Teixeira, essa máfia de quadrilheiros que há por aí. E, agora, não é diferente, pelo que se sabe.

Os contratos milionários, os superfaturamentos de Pan-americano e tantas outras coisas. Isso acaba fazendo escola também. Cada um se sente no direito de fazer, de tirar o seu do jeito que der, e não importa a dimensão humana, não importa a vida dessas crianças, não importa que passem fome. Eles comem ração de frango e milho, quando tinha, numa quitinete, como o senhor disse, eu não conheci, estou usando a sua expressão, que ficava praticamente uma em cima da outra. Doze pessoas numa quitinete.

Então, isso, para mim claramente é tráfico. Claro que é. A vulnerabilidade desses garotos caracteriza o tráfico. Essas crianças não tinham educação, coisa que o ECA exige, elas não tinham laços familiares, que eram absolutamente interrompidos, a condição básica para um jovem desse, que é ter escolaridade, não havia, as condições de alimentação, de hospedagem, tudo. Então, é evidente que



nós não podemos amenizar essa situação. Nós não podemos considerar isso coisas normais. Às vezes a gente perde a sensibilidade pelo grau de recorrência com que esse tipo de cena acontece na sociedade, no nosso cotidiano. Às vezes a gente perde a sensibilidade, a gente começa a achar normal, a gente começa a achar comum. E, de repente, passa a ser presença constante no nosso cenário cotidiano.

Então, não vou ler aqui mais, porque as coisas estão aí. Essas coisas só vêm à tona porque os telefonemas dos pais... E, olhe, vou dizer-lhe uma coisa, essas condições degradantes são infinitamente melhores do que aquelas que alguns desses garotos tinham lá. Imaginem do que estamos tratando aqui. Isso que é objeto de um cenário criminoso às vezes é um pouco melhor.

Então, veja o grau de vulnerabilidade que essas famílias têm quando aparece um bandido desses prometendo o paraíso, o céu e mais alguma coisa, dizendo que esses meninos vêm para São Paulo, para a Portuguesa Santista, que já revelou o Ronaldo, não sei quem, o Neymar, etc. Se falar no Neymar, o pai de uma criança, a família, diz: *“Deus é pai. Esse foi um anjo da guarda que chegou aqui para dar a oportunidade de o meu filho ir para a escolinha do Neymar”*. E a gente o vê batendo uma bola no quintal, como ele é bom de bola. É assim que as coisas funcionam, seu José.

E aí essa criança que passa em condições históricas de miséria, de fome, de pobreza, de desassistência, de vulnerabilidade, acha que é obra divina aquele cidadão pilantra, bandido. Ele usa da sua boa-fé e diz assim: *“Não, mas aqui está o contrato. Ele vai morar em São Paulo, de frente ao aquário”*.

Ora, isso apresentado dessa forma é um achado, é um bilhete premiado da Loto. E aí essas crianças veem e acabando indo. E há outros casos em que, além de tudo o que aconteceu, são vítimas, inclusive, de abuso sexual por pedófilos. Além de tudo isso. E a empresa, a instituição que emprestou o nome para essa tragédia tem que ser responsabilizada, ainda que não tenha sido um ato deliberado para isso, mas por negligência, por ausência, por uma série de coisas... O contrato foi feito em nome dela.

É tipo a Zara, que faz trabalho escravo também, e diz assim: *“Ah, mas essas empresas que foram flagradas, foram terceirizadas por nós. Nós somos lá da Espanha, nós não temos nada a ver”*. Claro que tem. Elas têm que zelar pelo



exercício do contrato e pelas condições em que ela... Uma menina menor de idade trabalhando 14 horas, 16 horas por dia, em condições degradantes, subumanas para produzir uma peça que custa para ela 3 reais, é vendida num *shopping center* por 600 reais. Isso não é crime? Claro que é.

Nós não podemos achar... Tem gente que diz assim: *“Ah, mas é preferível ela estar trabalhando assim do que estar roubando, entendeu?”* A gente ainda ouve esse tipo de idiotice, de estupidez, como se num país como o Brasil, a sétima economia do planeta, só houvesse essas duas alternativas, ou trabalhar em condições degradantes ou roubar. Não há mundo, não há vida fora disso. E a gente ouve muito isso: *“É melhor estar aí nessas condições, esse menino, sem estudar, do que estar roubando”*.

Eu lamento que isso tenha ocorrido com a Portuguesa, pela sua história. A gente vê que o senhor é um homem de bem, pelo menos saíamos daqui com essa impressão, acho que todos. O senhor é um homem de bem, o senhor quer ajudar. Eu lamento ter acontecido isso com a Portuguesa, mas o que nós podemos tirar de lição é que esse exemplo que ocorreu lamentavelmente com a Portuguesa possa ser um paradigma para que possamos reduzir.

Inclusive, a Deputada Flávia lembrava de que há necessidade de nós mudarmos a Lei Pelé, de nós mudarmos o Estatuto da Criança e do Adolescente, no sentido de introduzir elementos nesse ordenamento jurídico que possam ser preventivos a situações como essa, para que não ocorram. O senhor, como disse, passou a vida inteira dedicado à essa instituição, e eu estou aqui tentando salvar o rebanho, está certo?

Eu lhe agradeço. Vou passar a palavra à Deputada Flávia e ao Deputado Paulo Freire para tentarmos concluir.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Só uma dúvida que me veio durante as outras falas. Esses jovens pagavam para fazer parte dessa escolinha, eles pagavam para fazer esse treinamento ou pagavam nada?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Para a Portuguesa, não.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Ou para a terceirizada, ou para o Ronildo?



**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - A terceirizada me parece que cobrava dos pais deles uma quantia. Isso foi o que chegou aos meus ouvidos.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Do Ronildo, mas para a Portuguesa, não.

**(Não identificado)** - Mas era em nome da Portuguesa?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Eu acho que não, Deputado. Ele usava... O guarda-chuva todo...

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - O contrato era feito em nome da Portuguesa com o jovem, com a família?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Não.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Era feito o contrato dele com a família?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Não existia contrato dele com a família. O vínculo Portuguesa aparecia no instante em que o garoto era registrado na Federação Paulista de Futebol.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Eu entendo. Desculpe-me entrar, mas eu acredito que tudo era feito em nome da Portuguesa. Pelo que eu estou entendendo aqui, tudo era feito em nome da Portuguesa. Vou até adiantar, se me permite a Deputada, eu não vou nem falar mais, Presidente, porque eu acho que as suas palavras esclareceram o que eu gostaria realmente de falar, porque se eu sou um pai matuto do Pará — estou usando o nome do Pará aqui — e eu vejo a oportunidade de ter o meu filho numa Portuguesa de Esportes, uma entidade de 90 anos, como disse, eu tenho que entender que essa entidade tem toda a estrutura para receber o meu filho para treinar futebol. Eu tenho que entender, é uma entidade de renome, renome nacional. Então, eu tenho que entender. *“Ah, meu filho vai ser monitorado pela Portuguesa, a Portuguesa vai cuidar do meu filho, ele vai ter lugar para ficar, vai ter todo o cuidado, eles vão suprir toda a necessidade e ele vai ser um grande profissional”*. Porque esse é um sonho de um pai, é o sonho do garoto. Agora, o pai não tem nenhuma obrigação de saber que a Portuguesa está terceirizando esse trabalho. Tem que saber disso, porque foi feito tudo em nome da Portuguesa. E se eu sou o pai, eu mando. O pai não é o responsável.



Como o senhor citou aí no início: “*Como é que um pai manda o seu filho de menor?*” Eu mandaria! Eu mandaria! Por quê? Porque se trata da Portuguesa, dessa instituição famosa, conhecida, de credibilidade. Então, eu mandaria. Agora, se a Portuguesa terceiriza uma outra empresa, uma outra pessoa esse trabalho sem ter o devido cuidado de saber se essa empresa tem realmente condições de cuidar desses garotos, de acordo com o que manda a lei...

Então, Sr. Presidente, realmente, pelas condições que os garotos ficaram, eu quero aqui expressar a minha opinião: eu estou de acordo com o Promotor, o Dr. Carlos Alberto Carmello Júnior; também com o Desembargador, que deu o seu voto lá tipificando isso como tráfico de pessoas humanas, porque caracteriza isso, como disse o nosso Presidente. Caracteriza, porque a Portuguesa tinha toda obrigação de fiscalizar essa terceirizada, tinha toda obrigação, entendeu? É claro, é o nome da Portuguesa que está sendo usado. E eu faria isso sim, Sr. Presidente.

Era essa a minha opinião.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Para concluir a minha fala, rapidamente, é em relação ao pagamento que o senhor colocou e à questão do recrutamento. Até então, o que a gente viu é que esse recrutamento era feito em locais de extrema vulnerabilidade.

Existia esse recorte? Existia essa intenção de justamente buscar esses jovens em situação de vulnerabilidade ou esse treinamento poderia ser aberto para qualquer jovem que viesse participar? Isso sempre foi assim? Sempre os alunos dessas escolinhas eram crianças vindas de famílias vulneráveis? Ou existia um misto?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Veja, Deputada, volto afirmar: não é escolinha. A escolinha a Portuguesa mantém. Totalmente diferente, tá?

O recrutamento, não era a Portuguesa que fazia. O recrutamento era feito pela terceirizada.

A Portuguesa, nos anos anteriores todos e ainda hoje, a porta está aberta para quem quiser ir treinar lá. Então a Portuguesa não procura — a Portuguesa, eu falo a Portuguesa — vulnerabilidade em lugar nenhum. As portas estão abertas lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Só nos esclareça. Desculpe-me, Deputada Flávia, é porque...



**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Quando o senhor diz assim: “*A Portuguesa...*” Mas se a Portuguesa terceirizou, este terceirizado fala em nome da Portuguesa.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Não tem como separar isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Não tem.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Sim, sim. Eu entendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Juridicamente, Dr. José, não tem que separar isso.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Claro!

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Quer dizer, a Portuguesa delegou a alguém a usar a sua institucionalidade, vamos usar assim, para fazer... Aí esse alguém, pelo que nós já estudamos aqui, diz assim: “*Olha, a Portuguesa me deu a institucionalidade para eu fazer um trabalho e recrutar todos.*” Aí eu pego aqui o seu Zé Mané e digo assim: “*Seu Ronildo, cuide disso pra mim aqui, porque nós estamos tocando...*” Aí o Ronildo fez alguma coisa que a Portuguesa lá não estava sabendo, mas devia saber, e, na hora de responsabilizar, o Ronildo é um quarterizado, que foi terceirizado do... Mas o guarda-chuva, o hospedeiro disso tudo, para o bem ou para o mal que tenha acontecido, é a Portuguesa, porque ela terceirizou.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Eu compreendo, Deputado. Só quero, se me permitir, fazer só uma ressalva, isso dentro da minha cabeça. O contrato foi feito Portuguesa e Briosa. Briosa é o nome carinhoso dado à Portuguesa. Todos sabem. No mundo futebolístico é isso. E esse cidadão aproveitou esse nome e colocou no contrato. Tenho certeza absoluta de que todo contato feito, com quem quer que seja, no Pará, usava-se o nome Briosa. Mas não Briosa Portuguesa, Briosa essa firma. E tenho certeza também de que se houve alguma documentação, essa documentação foi dessa Briosa Empreendimentos com alguém de lá. Agora, é evidente, eu não posso... Primeiro, eu não vou mentir; segundo, não é meu perfil. Agora, é claro que esse terceirizado falava em nome da Portuguesa, embora com obrigações e com deveres. Isso é claro! Eu não posso negar coisa contrário.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Só para encerrar. Então, eu acho que já foi bem colocado. Eu queria até reforçar uma intenção da Organização



Internacional do Trabalho, uma defesa que a OIT já faz no sentido..., uma recomendação que ela faz no sentido da revisão de todo o sistema de seleção e de organização das categorias de base do futebol. A gente percebe que essa é uma preocupação. Hoje aconteceu com a Portuguesa, mas, com certeza, existe em outros clubes também essa possibilidade, essa facilidade que se cria para, infelizmente, nós termos jovens nessa situação que encontraram o que aconteceu na Portuguesa.

Eu acho muito importante. Nós vamos estar justamente colocando em nosso relatório uma preocupação com isso. O tráfico de pessoas, como disse o Deputado Jordy e outros Deputados, ele acontece de forma velada. Essa modalidade dentro das escolinhas de futebol é, de certa forma, uma novidade, que agora vem a público. E nós queremos apresentar uma resposta justamente para que seja feito o enfrentamento. Inclusive, eu faço parte da Comissão de Turismo e Desporto e lá também, Deputado Jordy, nós já vamos abrir essa discussão no sentido de que haja uma padronização, um acompanhamento maior da formação dessas categorias de base nos clubes de futebol brasileiro.

É importante que a gente possa ter um acompanhamento, uma cobertura junto a esses jovens, que, como a gente vê nesse caso que aconteceu, estão totalmente descobertos de qualquer acompanhamento institucional de proteção a esses jovens.

Então, aqui eu encerro a nossa fala.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k.

Eu queria agradecer...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. José, mesmo no imaginário popular, aqueles adolescentes ou jovens usavam a estrutura da Portuguesa. No imaginário popular, eles estavam ali em nome da Portuguesa, né?, no imaginário popular.

Se o senhor não fosse dirigente, se o senhor fosse lá... Porque eles usavam também, ou seja, marca da Portuguesa, camisa da Portuguesa.

Enfim, para o povo de Santos, que amava ou que ama a Portuguesa Santista, era a Portuguesa que estava com aqueles adolescentes ali.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu agradeço aos Deputados que nos ajudaram a esclarecer; ao Sr. José Ciaglia, Presidente da Associação





Atlética Portuguesa, pela sua disponibilidade de vir aqui nos ajudar a entender um pouco melhor essa situação.

Queria lhe facultar... Se o senhor tiver mais alguma coisa que queira expressar, queira dizer para nós, fique à vontade.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Só duas coisas, Sr. Presidente, volto a falar: escolaridade eles tinham. Eles jamais ficaram sem escolaridade. Isso nós podemos apurar. Segundo, eu me coloco novamente, falo novamente, estou à disposição, se tiver que ir a Brasília, vou a Brasília; se tiver que ir a Belém do Pará, vou a Belém do Pará. Trabalhei lá em Belém do Pará, em 1982, em Icoaraci, porque minha atividade é pesca.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Hum, hum. É um polo importante lá.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - E estou à disposição. Eu não tenho mais... Recebi uns puxões de orelha. No meu entendimento, não foi um puxão de orelha para mim, foi para a associação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro. Ao contrário.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - É evidente que foi para a associação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Fizemos questão de ressaltar a sua preocupação e a sua postura.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - E, realmente, para terminar, durante a minha gestão, eu vou fazer todo o empenho possível, todo o empenho possível para tirar essa imagem má que ficou da Associação Atlética Portuguesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Está certo.

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Agradeço a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Nós é que agradecemos pela sua...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Para que a Briosa volte a brilhar, não é?

**O SR. JOSÉ CIAGLIA** - Vai brilhar, Deputado, vai.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Sr. José, pelas considerações.

Queríamos convidar a Sra. Renata Gomes Nunes. *(Pausa.)* Convido a Sra. Renata Gomes Nunes, acompanhada de seu defensor, Dr. Rogério, que é seu



advogado. Agradecemos a presença aos dois por essa participação aqui, pela colaboração.

O Dr. Rogério já deve ter conversado com a sua defensora. Eu espero que ele possa tê-la orientado. E eu vou só repetir, Sra. Renata. A senhora está... Por amparo legal, a senhora pode responder aquilo que achar conveniente e falar aquilo que achar conveniente. O direito ao silêncio é um direito constitucional seu.

Nós estamos aqui como Deputados Federais, membros de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós não somos autores de denúncia nenhuma contra ninguém, nem contra a senhora, nem contra ninguém. Nós não somos procuradores, nem membros do Ministério Público, nem somos juízes para julgar quem quer que seja. Nosso papel aqui é uma atribuição constitucional de apurar as causas, os efeitos, a natureza do crime de tráfico contra a pessoa, que não foi também criada, motivada pela situação que lhe envolve, foi muito antes. E o nosso objetivo apenas aqui é tomar esclarecimento da situação e lhe dar oportunidade para falar a sua versão, para dizer o que a senhora considera importante para que a gente possa entender melhor esse caso.

Eu sou o Deputado Arnaldo Jordy, sou Presidente da Comissão. O Deputado Luiz Couto é o Vice-Presidente da Comissão, a Deputada Flávia Moraes é a Relatora, o Deputado Paulo Freire é membro e o Deputado José Augusto Maia é membro da Comissão.

Bom, eu queria que a senhora pudesse fazer a afirmação de...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Som, por gentileza.

**(Não identificado)** - Só um detalhezinho: ela morou muito tempo na Espanha, então o português dela...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Portunhol a gente entende aqui mais ou menos. Está ligado agora o microfone? Não está gravando. Atenção pessoal. O técnico está chegando. (Pausa.)

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigada, Sra. Renata.



Nós vamos lhe facultar o tempo de 20 minutos para a senhora fazer os seus esclarecimentos; se for preciso mais, nós vamos também facultá-lo.

Nós já estamos acompanhando esse caso que foi objeto da Operação Planeta, que foi uma operação havida lá em Salamanca, na Espanha, onde algumas mulheres foram resgatadas de uma boate, Vênus, supostamente do Sr. Angel Bermudez, vulgo Gitano, que era o seu companheiro. Neste episódio do resgate, o seu nome é citado em vários momentos da investigação policial e também no acompanhamento, nos relatos feitos pelo Ministério Público. Então, nós estamos aqui para entender melhor esse fato.

Já ouvimos outras pessoas envolvidas nisso e estamos aqui no intuito de lhe dar a oportunidade de fazer os esclarecimentos que a senhora achar convenientes. Não fique preocupada com o seu português porque aqui a gente entende oportunhol, como se diz.

Por favor, a senhora tem o tempo para fazer o seu esclarecimento. *(Pausa.)*

Fique à vontade e diga do jeito que a senhora achar mais conveniente. *(Pausa.)*

Qual foi a sua participação nesse episódio da Operação Planeta? Por que a senhora foi envolvida nessa Operação Planeta? Como chegou seu nome a essa Operação Planeta, Sra. Renata?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**(Não identificado)** - Nós não estamos ouvindo não. O microfone desligou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - É porque ela está falando um pouco distante.

Como é que a senhora foi envolvida nessa Operação Planeta? O seu nome apareceu como sendo a companheira do Sr. Angel, vulgo Gitano — não sei se é essa a expressão, Cigano, Gitano, alguma coisa assim —, numa operação da Polícia Federal com a polícia espanhola em que várias mulheres, inclusive uma brasileira, foram resgatadas lá na operação. E o seu nome aparece como sendo uma pessoa que operava nessa boate junto com...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois é. Essa é a versão. Nós estamos aqui para ouvir a sua versão. É uma oportunidade para que a senhora possa esclarecer o que achar conveniente esclarecer. Está certo?

Então, eu pergunto para a senhora, deixando-a bem à vontade: o que a senhora acha? Por que o seu nome apareceu nessa história? Qual é o seu envolvimento nisso? Ou qual é a sua participação nessa história? A que a senhora atribui essa situação que lhe envolveu?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Então, eu não sou casada, nem tenho nada com Angel, nenhuma relação de namoro, essas coisas. Não tenho relação com ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo. Apenas conhece?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Então...

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Apenas conheço. Mas envolver, nesse caso, eu não...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Coloca mais perto

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Eu não tive nenhuma participação. Eu acho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu entendi. A senhora não tem nenhum relacionamento afetivo com ele.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Está certo? Não tem namoro, não é casada, não é namorada, não é noiva, não é nada. Mas a senhora conhece?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim, eu conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro. Então por que a senhora acha que o seu nome foi envolvido, se a senhora não tem nenhuma relação?... É isso que nós queremos entender, porque o seu nome está aqui no inquérito, é citado no Ministério Público, a senhora... Enfim, a que a senhora atribui esse envolvimento? A senhora não tem nenhuma relação. Alguém especulou na



imprensa que a senhora fosse a companheira dele, etc. e tal, mas a senhora está dizendo que não é; não tem relação afetiva nenhuma; apenas conhece. E a que a senhora atribui isso então?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não sei. (*Pausa.*) Não sei. Eu conheço o Angel, de Salamanca. E ele... Uma relação de amizade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Ele me disse que estaria vindo ao Brasil e até porque ele conhece várias pessoas no Brasil e vinha visitar um amigo dele. E pediu pra mim se eu conhecia alguém que pudesse acompanhá-lo. Eu falei assim: "*Eu tenho família.*" Na cidade em que ele ia, eu tenho família.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora é de onde?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Eu sou daqui, de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, a senhora tem família aqui em São Paulo?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Aqui em São Paulo e em Salvador.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Em Salvador?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - A família de Salvador é a de parte de mãe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E de parte de pai em São Paulo?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Então, foi quando eu chamei o meu primo e disse: "*Olha, tem um rapaz que está querendo ir pra aí. Vê se você pode ensinar as coisas para ele, turístico.*" Ele falou assim: "*Não é problema.*" E até aí...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E quem era o seu primo? A senhora pode...?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Denílson.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Denílson, esse rapaz que está preso lá em Salvador.

**(Não identificado)** - Saiu já.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois é. Saiu, mas estava preso lá em Salvador, suspeito de participação, que é o esposo da Sra. Elizânia. Não é isso? É seu primo. E a senhora, depois, veio para Brasil.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim, depois eu vim para o Brasil. O Angel falou, se eu queria vir, que ele me pagava a passagem, porque ele iria a Brasília e passaria por São Paulo. Eu disse que sim, porque minha avó materna, que me criou, está aqui em São Paulo. Então eu queria vir com ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E vocês passaram quanto tempo aqui no Brasil?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Eu estive com ele horas. Sim, porque a gente brigou. Ele... Tivemos um mal-entendido e eu pedi ajuda para os meus primos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Aqui em São Paulo?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Onde?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Em Salvador.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora esteve então com ele não foi aqui em São Paulo? A senhora disse que ficou interessada quando ele se dispôs a pagar a sua passagem, pagar hospedagem, tudo aqui, porque a senhora tinha uma parente aqui, que é a pessoa que lhe criou. Mas a senhora foi parar em Salvador com ele por que, então?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim, porque ele disse que, assim, na volta, vamos pelo mesmo voo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Hum.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - É, eu falei: "*Tá bom.*" Tenho família aqui, tenho família ali, depois eu vou...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora foi primeiro para Salvador?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E aí, na volta, é que vocês iam passar por aqui, juntos?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Íamos passar aqui para voltar por Salvador.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. E a senhora passou só algumas horas com ele?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Só algumas horas, porque a gente brigou e eu passei o número dos meus primos para um que fica na recepção, um senhor, e eles chamaram os meus primos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora poderia nos contar em que circunstâncias houve essa briga sua com esse rapaz? Foi na rua? Foi no restaurante?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não. Foi dentro do hotel.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah, foi no hotel.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim. Ele me fechou e brigou comigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Em Salvador. A senhora não conhecia ele, só de vista, aí, de repente, ele convida, paga passagem, paga tudo, aí, a senhora acaba dentro do apartamento, no hotel com ele?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não, nós só...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E ele brigando, lhe agredindo, alguma coisa assim. Houve agressão física?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Hum.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Mas não é que eu só conhecia ele de vista não. Conhecia ele, porque o lugar onde ele tem pode entrar tanto mulheres como homens. É aberto ao público.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora diz a Boate Vênus.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Isso. Você pode ir...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora frequentava a Boate Vênus?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Eu fui duas vezes, sim. Eu estive duas vezes. Lá, pode entrar. Qualquer pessoa pode entrar. Fomos com os amigos, tomamos algo e conheci ele ali.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Duas vezes.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim, conversando...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E a senhora o conheceu na boate, ou antes?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não. Aí dentro, porque ele ficava aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Deixa eu só entender assim. A senhora morava lá. Aí, foi na boate, conheceu esse rapaz, que é o dono da boate. Foi com os amigos e o conheceu. E depois dessa ida lá onde a senhora o conheceu, a senhora voltou mais uma única vez?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim, eu voltei e também porque a minha mãe trabalhou como cozinheira lá dentro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Lá, na Boate Vênus?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim. Trabalhou de cozinheira. E muitas vezes eu passava na hora da comida assim, porque a gente ia pra piscina com minha irmã. Ela pegava o carro e íamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E a senhora falou que esteve duas vezes lá com ele. A primeira, onde a senhora conheceu. E, depois, a senhora voltou mais uma vez.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim. Minha mãe conhece Salamanca faz muito tempo e ela conhece muita gente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. Deixa só eu entender a sua relação com ele. A senhora o conheceu na primeira ida à boate. Depois, a senhora voltou uma outra vez, com amigos, que é um local público, e aí o encontrou de novo?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Como assim?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora conheceu esse Gitano, né? que chamam.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Gitano.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora conheceu o Gitano fazendo uma visita na boate? Pública.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Como eu posso ir lá e visitar... A senhora o conheceu lá.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Depois a senhora disse: “*Eu estive duas vezes nessa boate.*” Então a senhora voltou numa outra oportunidade...

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - ...e aí o encontrou de novo?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Fora disso, não tinha nenhuma outra relação com ele?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Como relação?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Relação, relação de amizade, de namoro, de...

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - É que ele é casado! Tem a vida dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. Então a senhora só o encontrou duas vezes aí, nessas circunstâncias da boate?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim. E, às vezes, quando a minha mãe estava trabalhando, dependendo do horário, ele também chegava.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Ele chegava lá na boate?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E a senhora estava lá?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Algumas vezes sim, na porta da cozinha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, não foram duas vezes apenas que a senhora esteve lá?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Dentro do local, local, salão...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah, da boate propriamente dita.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - É.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora já esteve outras vezes. E, assim, desses poucos contatos que a senhora esteve com ele, de repente, ele já lhe convidou para vir para o Brasil, pagando passagem...

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Indo para Salvador, voltando com a senhora por São Paulo. Quer dizer...



**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não, assim foi como eu conheci ele. Depois, aí, a gente só íamos tomar algo em outros locais, em outras zonas diferentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Aí, vocês, depois desenvolveram uma amizade...

Eu pediria ao nosso amigo profissional, sem querer interferir na sua... Nós estamos no meio do depoimento. Eu não gostaria que o senhor pudesse... Porque isso acaba atrapalhando, de certa forma, o nosso trabalho. Está certo, querido? O senhor, depois, pode exercer livremente aqui audiência pública, mas a nossa convocada está visivelmente nervosa. E isso não ajuda em nada. Está certo? Eu lhe peço um pouquinho..., um pouco de cautela.

Então, a partir daí, a senhora desenvolveu uma relação de amizade com ele. De quanto tempo? A senhora tem ideia? A grosso modo? Não precisa...

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Um ano, mais ou menos. Não sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Um ano, mas nunca tiveram nenhum relacionamento afetivo?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Como assim afetivo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Afetivo. Namoro, paquera de homem e mulher.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Vocês namoraram, tiveram namoro.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não, namorar não. Encontros.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Encontros.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. Tiveram encontros íntimos.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. Daí que ele a convidou para vir para acompanhá-lo aqui na visita ao Brasil. E a senhora, então, indicou um primo, porque ele precisava de alguém para servir de guia, de orientador.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim. Dirigiu para ele.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E ele veio fazer o que no Brasil?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Ah, aí já não sei. Eu sei que ele...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas a senhora vinha com ele!

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não. Eu não vinha com ele. Ele veio sozinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, mas ele a convidou. A senhora disse que ele se dispôs a pagar a passagem para que a senhora pudesse vir!

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim. Ele já estava aqui. Já estava aqui há um tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah, sim. Ele passou quanto tempo aqui? A senhora tem ideia?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Ah, eu acho que 1 mês e pouco, 1 mês e meio, quase dois meses.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Quase 2 meses aqui. E a senhora, depois que ele estava aqui, é que a senhora veio?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E a senhora não sabe o que ele veio fazer aqui? Ele nunca comentou com a senhora?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não. Ele também, quando a gente se encontrou aqui, foi pouco tempo que nos vimos falando, depois dessa briga, e ele se foi. Eu fui para a casa da minha tia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Aqui em São Paulo.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não, em Salvador.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah, em Salvador. E lá em Salvador a senhora, quando teve essa briga, a senhora disse que passou horas com ele só.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Quantas horas? A senhora tem uma ideia aproximadamente?



**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Hum, 24, por dizer assim. Um dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Um dia. E, nesse dia que a senhora passou com ele, a senhora frequentou com ele que ambiente, que lugares?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não, nem...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu queria só que o nosso defensor, por favor... O senhor tem o direito de assistir a sua cliente. É um direito seu. O senhor sabe disso tanto quanto eu.

**(Não identificado)** - Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor não pode é interferir no depoimento dela.

**(Não identificado)** - Não estou interferindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Por favor, por favor.

**(Não identificado)** - Não interfeiri.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Por favor, advogado.

**(Não identificado)** - Não interfeiri em nenhum momento. Estou até ajudando. Continue, aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu lhe peço. Está certo?

**(Não identificado)** - Tudo bem, mas não interfeiri. Vá, continue aí.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não cheguei a frequentar nenhum lugar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Vocês ficaram essas 24 horas que a senhora disse que passou junto com ele em que circunstância?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Dentro do hotel e num restaurante em Salvador.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora sabe o nome desse restaurante?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Hum, agora para lembrar está difícil, mas eu sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Era uma churrascaria?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Hum, não sei. Tem um bufê.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Um bufê de comida.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim, tem muitas coisas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E servia churrasco? Carne?



**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim, ia com um “negocinho” assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - É. Espetado assim, que a pessoa corta...

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Isso. Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E serve no prato para comer com salada, arroz, feijão, essas coisas. Era assim? Uma churrascaria, não é?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - É

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E a senhora passou uma parte nessa churrascaria e depois foi para o hotel com ele, onde houve essa discussão. E aí? Como é que a senhora se desvencilhou dessa discussão com ele?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Pois é... Eu estava com ele no quarto. Ele fechou. E era que ele queria pegar o meu telefone. Ele queria deixar eu sem falar com ninguém. Aí, eu escondi o meu telefone. E aí ele começou a brigar comigo e a me ameaçar. Quis me dar a pegar. E eu tranquila, tranquila. E ele tentando, porque ele estava com a chave fechada. Só que daí eu falei para ele: “*Não abra a porta*”, para mim ficar tranquila e tal. Na hora em que ele abriu a porta, eu pude correr à chave e joguei pra outro lugar. Deu pra outro muro, lá fora. Aí, foi quando eu saí correndo pela escada, baixei e falei pro moço. Já quando eu estava embaixo, ele não pôde fazer mais nada. Aí, eu passei pra ele um número num papelzinho. Ele chamou os meus primos. Meus primos chegaram. Eles disseram: “*O que que foi? O que que foi?*” Eu falei: “*Nada, me leva daqui.*”

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E a senhora foi na Polícia fazer registro da ocorrência?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Daí a senhora veio para São Paulo e não sabe mais o que aconteceu...

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não, não fiquei em São Paulo. Eu fiquei... *(A depoente se emociona.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Fique calma, fique calma. Tome um pouquinho de água.



**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Eu não vim a São Paulo. Eu fiquei em Salvador, na casa da minha tia, uns dias. Coloquei a passagem um pouco mais antes do dia que eu tinha e fiquei com meus primos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E retornou quanto tempo depois?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Acho que fiquei 10 dias em Salvador.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Dez dias, e não teve mais contato com ele?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Nem por telefone, nem...

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim, ele me ligou, me ligou várias vezes. E pedindo desculpas. E eu falei: *“Ah, não me liga mais, não me liga mais!”* Eu dizia para minha tia: *“Não atende, não. Quando você vê que fala assim... não atende”*. E a minha tia não passava para mim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E, nesse restaurante que a senhora falou que esteve com ele, o que ocorreu nesse restaurante?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Nada. Ele estava com o pessoal do hotel. O dono e a mulher. O dono do hotel é espanhol. É amigo. Eles são todos amigos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O hotel lá de Salvador?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora sabe o nome desse hotel?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim. É Hotel Itapoã.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Hotel Itapoã.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Hum, hum.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E ele estava acompanhando de quem? Estavam a senhora, ele, os amigos donos do hotel, o casal amigo deles e mais quem?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Dois casais. Eu ele e a mulher do dono desse hotel.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora, ele e o casal dono do hotel. Só vocês?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Só

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Ninguém mais?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Foi o único momento em que a senhora esteve com ele?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Foi o único momento. Em lugar assim, em qualquer outro lugar, foi o único momento que eu estive com ele nesse lugar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. Aí, vocês terminaram desse almoço, foram para o hotel, onde houve esse episódio.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não foi almoço. Foi janta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Foi janta.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Porque eu acabava de chegar. Eu cheguei acho que era umas oito horas e já fomos jantar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Aí, depois, teve esse episódio em que a senhora chamou o seu primo. E qual foi o primo? Quem foi que lhe atendeu, lhe socorreu para evitar que houvesse...

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - O Denílson.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Esse Denílson que você tinha indicado para acompanhá-lo?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim, meu primo. E a mulher dele veio e sentiu que eu estava um pouco nervosa, mas eu não quis dizer o que era. E, quando chegamos em casa, eu expliquei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E eles lhe resgataram de lá?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E a botaram no carro, a tiraram de lá?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E ele ficou lá?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Levaram a minha mala e tudo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E o Gitano ficou no hotel?



**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Ficou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E houve alguma discussão entre o seu primo e ele, a senhora e ele, a mulher do seu primo e ele?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Ou alguma desavença? Seu primo fez a sua defesa? A senhora estava agredida? Teve...

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não. A minha prima me olhava assim, porque via que eu estava vermelha, vermelha de chorar, mas eu não falei nada, não, só em casa. *(A depoente se emociona.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Aí, depois, a senhora foi para a casa da tia. E a senhora acha que a senhora teve o seu envolvimento nesse episódio foi por conta dessas 24 horas que a senhora passou com ele lá?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Pode ser, né? Não sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora nunca fez essa pergunta: por que a senhora está nessa situação envolvida?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora não desconfia de nada. Não sabe. Nunca ninguém...

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não. Eu não posso te dizer que não sei de nada, porque seria um pouco...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Falso.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Falso, porque nas notícias, na televisão, na Internet, está em todos lugares e, com as declarações que eu tive à mão, estou lendo e estão dizendo, para falar para você que eu não sei é um pouco complicado. Agora, eu estou sabendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora, lá em Salamanca, na Boate Vênus, a senhora tinha contato com as meninas que faziam programas na boate do Gitano?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não. Quando a minha mãe estava cozinhando algumas vezes, sempre se somava alguma: *"Olá, olá, que tal"*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas, depois que a sua mãe saiu de lá, a senhora não teve mais contato nenhum?





**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não, e ademais, depois dessa briga que eu tive com ele, nunca mais voltei nem nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. A senhora saberia identificar algumas dessas meninas lá que trabalhavam na boate? A senhora tinha relação de amizade com essas meninas? Ou era conhecida como quem... como eu estou vendo algumas pessoas que eu não conheço, não sei pelo nome, mas vejo, sou capaz de reconhecer amanhã, mas não tenho nenhuma relação de intimidade?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não, com algumas delas, sim. Eu tive mais que um "oi" e "tchau", porque eu sou a única que fala português.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Quem, por exemplo? A senhora seria capaz de lembrar?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Por nome eu não sei te dizer, porque elas chegam lá e cada uma põe o nome que quer. Então...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo. Mas era um contato mais próximo ou eventual?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Como assim próximo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Mais recorrente, mais frequente, ou um "oi, tudo bem?", "está bom?", "viu a novela, hoje, o jogo de futebol?", coisas elementares.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Comentando coisas, sim, coisas do Brasil, como estava, coisas nada fora do normal nem nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora disse que não tinha relação. A senhora disse que não tinha antes uma relação com ele, assim de mais próxima, apenas encontros fortuitos, casuais.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Exato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas eram frequentes esses encontros da senhora com ele?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não. Era mais fim de semana.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas todo final de semana a senhora se encontrava com ele?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Alguns, sim; alguns, não. Outros sábados e domingos.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E a senhora tinha alguma participação dos negócios da boate?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Não. Eu estou lhe perguntando isso, dona Renata, porque há alguns depoimentos das meninas dizendo que a sua presença era uma presença constante na boate, inclusive algumas delas só saíam com a sua presença, sob a fiscalização da senhora; inclusive, para comprar roupa, para comprar remédio, para comprar alguma coisa na rua, só era permitida a autorização de saída com a sua, sob sua fiscalização, tipo assim, sob a sua guarda, sob seu olhar, inclusive o uso de telefones sob sua guarda. E a senhora era uma espécie de embaixadora do Gitano junto às meninas. O termo não é esse, apenas para a senhora entender. Uma pessoa que era, vamos dizer, assim, uma peça importante nessa engenharia de contato com as meninas, de fiscalização, de controle dessas meninas lá. Isso é dito por algumas dessas moças. O que a senhora tem a nos dizer sobre isso?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Aí eu já tenho a dizer que não é assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora se disporia a fazer uma acareação com alguma dessas moças?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Que é essa acareação?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Acareação, olho no olho, uma, para contestar a... A senhora está dizendo uma coisa, eu estou dizendo outra. Eu quero colocar a senhora e ele de frente a frente para saber quem está falando a verdade. A senhora se dispõe a isso?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Não. Porque a senhora está dizendo uma coisa, que o seu encontro era eventual, que a senhora não tinha.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Nós temos o depoimento de algumas dessas moças dizendo exatamente o contrário — isso que eu acabei de lhe dizer. Então, a senhora diz uma coisa aqui, elas dizem outra diferente. Nós precisamos saber quem está falando a verdade, qual é a verdade que existe entre essas duas coisas. A senhora se dispõe a fazer esse confronto de...



**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Entendo que aqui seja um pouco complicado para saber quem fala a verdade, quem não, porque eu não moro aqui, e para lhe mostrar fica um pouco difícil, mas lá eu tenho minha vida própria, eu não tenho nada a ver com a boate.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora vive de quê? A senhora desculpe.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Eu moro com a minha mãe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. E trabalha, estuda?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Agora não, mas eu sempre trabalhei com ela limpando casa, minha mãe limpa chalé.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Entende? Então, a gente trabalhou de limpeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. A senhora trabalha de limpeza, assim, diarista.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - É, mas já faz três meses, quatro também que já nada, não faço nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. Mas eu digo, antes, a senhora...

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Então, antes sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Trabalhava com ela de diarista, fazendo limpeza e outros serviços.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Isso, isso, cuidando de uma senhora maior também... Cuidando de senhoras maiores, senhora maior.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah, sim.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Agora, quero explicar o envolvimento, nesse local ou em qualquer outro local nunca tive.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Envolvimento com essas meninas de acareação, essas coisas, não, não tive, não tenho nenhum contato com ela e não mando nada, nem posso fazer nada. Tudo que ele tem é dele. Eu não tenho nada a ver.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Entendi. Tá certo. Eu lhe agradeço pelos seus esclarecimentos. Deputada Flavia, queria... Pois não.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Boa tarde, Renata. Eu queria só complementar algumas perguntas do Deputado Jordy. Sua mãe mora na Espanha ainda?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Mora há quanto tempo?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Mais de 15 anos.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Aí, lá você tem só ela e sua irmã?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Tenho ela, minha irmã, minha filha, meu irmão.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Tem uma filha?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Tenho família, tenho mais família, tenho minha tia, tenho bastante família.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Sua mãe, sua irmã trabalha também com sua mãe, fazendo serviço...?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não, meu irmão é menor de idade, minha irmã também, os dois estudam, só minha mãe mesmo.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Você falou que a sua irmã estava dirigindo?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Não, né? Não falou isso não.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - E a sua mãe trabalhava na boate, você sabia que a boate prestava esse serviço de prostituição, abrigava essas moças que faziam serviço de prostituição?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Olha, lá é mais dançarinas, dança, faz *show*.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Não faz programa?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - O que elas devem fazer fora, aí já não sei.



**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Nada, você não sabe nem sua mãe sabia de nada que acontecia fora?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Ah, eu não sei.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Nem suspeitava, nem desconfiava?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Ah, desconfiar todo mundo desconfia, né? Mas não que o local se preste a fazer isso, ou, se não, cada um pode fazer o que quer, não é?

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - As moças moravam lá dentro desse local?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Eu acho que tinha algumas que sim, que ficavam lá.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - O dia que elas foram recolhidas foi lá dentro, não é? Estavam dentro da boate no dia que elas foram.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Eu estava aqui.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - As meninas. Sua mãe cuidava do restaurante e você não sabe se elas dormiam lá, se não dormiam?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Minha mãe não cuidava do restaurante, tinha uma mulher que limpava, abria a porta e minha mãe entrava e cozinhava.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - E a sua mãe não sabia se elas dormem, estando lá na cozinha não sabia se elas dormiam lá ou não?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim, então, tinha algumas que ficavam lá, mas não sei te falar quem.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Independente de fazer programa ou não, elas moravam lá, essas moças moravam lá, ou não?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Essas e as que queriam ficar ficavam, essas outras, as que quisessem.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Ficavam acomodadas lá na boate? Era uma boate, mas tinha local para elas dormirem, para elas ficarem?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Acho que sim.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Acha ou você não sabe? Você trabalhava fazendo serviço de limpeza, você nunca trabalhou fazendo limpeza da boate não?



**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não, não. Aí não trabalhei nisso não. Trabalhei não era nisso.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Tá, mas você acha que as moças que...

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim, porque se elas ficavam dormindo ali, eu acho que tinha lugar para elas dormirem, né?

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Mas você nunca entrou no dormitório delas, nunca...

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Só ia na cozinha? E elas faziam refeição lá também, nesse restaurante que sua mãe...?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim, minha mãe cozinhava para elas.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Cozinhava para elas. Então, elas moravam lá, né? Elas se alimentavam lá?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim. Elas se alimentavam lá.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - E esse almoço que a sua mãe servia para elas, elas pagavam por ele ou era uma oferta lá da... Como que era isso?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não, não pagava não.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Ela cozinhava como se fosse a casa delas?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - A casa contratou a minha mãe, ela contratou a minha mãe para cozinhar.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Só para as moças ou cozinhava para clientes também, pessoas que iam lá almoçar? Não: o almoço era feito só para as moças que moravam lá.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Ah! Eu acho que fazia para elas comerem.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - É, a sua mãe cozinhava para as moças que estavam lá e as moças não pagavam pelo almoço?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não. Minha mãe nunca cobrou nada não.



**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Seu primo aqui de Salvador que te ajudou no seu momento de dificuldade ele foi preso agora, por também estar envolvido. Você falou que você indicou ele para trabalhar com o Cigano como motorista.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Mas isso foi antes, não foi agora. Você deu o telefone dele para o seu...

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Agora quando eu vim?

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Já trabalhava com o Cigano há quanto tempo o seu primo?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não, só foi essa vez só que ele veio, no ano passado, em setembro, outubro.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Que ele conheceu, que ele conheceu o Cigano. O seu primo conheceu o Cigano só no ano passado?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim, quando ele chegou aqui.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Ah, e ele foi acusado de estar ajudando a aliciar, entregar, encaminhar moças através do Cigano só depois de setembro, antes não tinha conhecimento nenhum entre eles?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Aí já não sei.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Hum hum. E seu primo também brigou com o Cigano, não falou mais com ele, ou eles continuam tendo contato?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não, não tenho contato desde que eu tive esse problema com ele, não me...

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Depois que seu primo foi preso?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - O Cigano nunca mais falou nem depois de ele estar sendo preso, antes, ali na hora que "tava"...?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Depois de o meu primo ser preso, eu não sei, eu acho que não, e quando o meu primo conheceu ele foi na época que ele esteve aqui, e depois quando ele brigou comigo, meu primo não teve nenhum contato com ele.



**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Por que você acha que o Cigano brigou com você? Por que você estava querendo telefonar e ele não queria que você telefonasse? Por quê? Por que você acha que ele estava...?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Aí eu me limito a falar somente em juízo.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - É só isso mesmo. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado Luiz Couto, por favor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, a Renata, no início da audiência, jurou de dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado. Ela não é obrigada a produzir provas contra ela, mas, ou seja, naquilo que, ou seja, que for perguntado, eu vou colocar uma série de questões aqui.

Renata, é o seguinte, como é que você chegou a Salamanca? Você morava na Bahia, não é?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Morava onde?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Eu morava aqui em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - São Paulo. E como é que você chegou lá em Salamanca?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Minha mãe foi a viagem, ela viajou para a Espanha quando eu era pequena e eu fiquei com meu pai. Aí, quando eu tinha 11 anos, ela queria que eu fosse pra lá. Ela, nesse momento, estava morando em Navarra, Pamplona, e eu fui, cheguei até Madri e fomos viver em Pamplona, onde vivi em Monza 10 anos, e logo depois ela se trasladou, porque ela é casada com o meu padrasto, ele é de Salamanca e ele queria voltar para Salamanca. Então, fomos todos para Salamanca.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Além de Salamanca, você esteve em outras cidades da Espanha? Esteve em Ávila?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - É, sim, estive em Ávila.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Que mais outras cidades você esteve lá?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Em Pamplona.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Pamplona.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.





**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Ibiza, não esteve não?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não. Na fala, você disse que apenas uma vez você teve um entrevero com o seu Gitano, que para ele, para o seu, para o seu primo, você não é apenas uma conhecida. Você é a companheira dele, do Angel Bermudez Motos. É esse o nome dele?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo.

E que uma outra vez você também sofreu a mesma ação, inclusive, em uma delas, ele tentou esganá-la, ou seja, pegou você e tentou matá-la asfixiada.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Foi essa vez lá do hotel? E na outra vez em que você sofreu também represália por parte desse Gitano, do Angel, foi por qual razão? Ciúme? Foi que você não cumpriu o que ele mandou você fazer, as tarefas que você tinha? Qual foi a razão para ele agir dessa forma?

Não se faz um ato de violência sem ter uma razão. Qual foi a razão? É por que ele queria namorar você e você não quis? Ou seja, o que era mesmo? Então, era isso que a gente queria saber.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Então. Essa é mesma pergunta que me fez a senhora e o contexto é a mesma coisa. Mantenho-me calada.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Só em juízo?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Olha, então, é o seguinte... Vejam vocês o seguinte: esse caso de Salamanca é emblemático e importante. O relatório que nós temos da Polícia Federal dizia que o Sr. Gitano e a Sra. Renata, naquela oportunidade, estavam foragidos.

Eu quero saber se ela prestou alguma declaração, algum depoimento à Polícia Federal. Você prestou algum depoimento à Polícia Federal daqui ou da Bahia?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sobre o caso?



**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não, se você foi chamada juntamente com seu advogado para prestar um depoimento sobre a questão da Operação Planeta e das acusações que eram feitas contra você.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim, aqui em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - São Paulo?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - O fato, Renata, é que sete mulheres foram libertadas na chamada... Que não era um... Era uma casa de festa. Essa casa de festa tinha o nome de Vênus. É isso mesmo?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Vênus.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - E que essa casa de *show*, que também tinha uma parte de *show*, que era dança... Por isso que algumas das meninas... E lá havia não apenas brasileiras, mas de outros países, como da Romênia, etc., etc. São as pessoas que estavam lá.

Essa primeira era uma casa de *show* aonde muita gente ia, tinha apresentação artística e danças. Era isso mesmo?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo.

Tinha uma outra parte na casa que era jogatina, era jogo, ou seja, era uma espécie de cassino, e que também as meninas eram usadas com trajes sensuais... Por isso que elas tiveram que comprar lá roupas que fossem sensuais para se apresentarem também lá no cassino.

Você tinha conhecimento desse cassino lá? Não? Você andava lá porque sua mãe estava lá.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Tinha esse cassino?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Cassino?

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sim. Jogo, onde jogavam baralho, outra coisa, roleta etc.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não. Tinha uma máquina. Porque foi a vez que eu entrei lá...



**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sim, máquina de jogo. Aquela máquina em que se botava o dinheiro, que roubava e que nunca ganhavam.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo. Vídeo pôquer, caça níquel, que aqui também tínhamos, e a Polícia Federal fez várias ações, mas também tinha uma parte, que era a parte mais reservada, que era a parte da exploração da prostituição. Prostituição.

E, aí, é o seguinte: o que você está dizendo aqui, dizendo que não sabia... Porque muitos depoimentos disseram — muitos depoimentos — que você era a Irina, de *Salve Jorge*, lá, que era você que tinha o comando em nome do Sr. Gitano, que era o Russo que ficava lá.

Então, eu quero saber o seguinte: não adianta... Se você não quiser falar... Agora, não adianta você querer enganar a gente, porque as informações temos. Certo? Você pode não querer construir provas. Agora, não faça a gente de bobo, porque a gente sabe das informações e sabe que a coisa não é tão como você diz.

Mas é o seguinte... Ou seja, essas meninas, essas que eram levadas de vários países, inclusive aqui do Brasil... Tinha gente do Mato Grosso, tinha gente de outros locais que iam para lá... Todas as informações a polícia tem.

Então, não adianta você querer... Porque, na realidade, você pode ser condenada por falsidade ideológica. Pode ser por, ou seja, informação... Então, nesse sentido, eu estou dizendo o seguinte: é importante que você possa ajudar.

Porque, na realidade, eu não coloco a culpa em você. Ou seja, tem um Gitano, e eu acho que ele tentou matá-la porque você quis fugir desse negócio aí. Ou seja, a coisa estava tão... Que você poderia ser aquilo que a linguagem policial diz: podia ser o “boi de piranha”, que botam lá para pegar a culpa de tudo. Não é?

Você sabe que o boi de piranha é o seguinte: quando vai passar lá em Mato Grosso, nos rios, para se livrar das piranhas, botam um boi lá que as piranhas atacam, e o restante da boiada passa. Então, é querer usar disso aqui.

O Denílson disse em seu depoimento... Porque depois a Sueli começou a falar, mas o seu advogado disse que só falava em juízo... Mesmo assim, ela disse um bocado de coisas. Disse o seguinte: que você era a pessoa que antes de o



Gitano vir — e ele veio várias vezes ao Brasil —, era você que vinha anteriormente. Você vinha antes para fazer as ligações. Ou seja, era isso mesmo?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Esclareço. Vim ao Brasil três vezes, com essa. A primeira vez que vim foi para visitar a minha avó. A segunda vez que vim foi quando eu cheguei a Bahia e esta é a terceira vez que vim para 15 dias.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - E você, na primeira vez que esteve na Bahia, ficou na casa da tia, foi?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - A primeira vez em que eu estive na Bahia?

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sim.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - E qual é nome da sua tia?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Miriam.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Miriam?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Miriam.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Miriam.

Como você conheceu o Angel Bermudez Motos, vulgo Gitano? Como é que você conheceu?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim, frequentando, indo lá ao local dele.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Ao local dele?

Você conhecia, lá em Salvador, uma pessoa que tinha uma ligação, que era acusada de ser a pessoa que recrutava as moças que queriam ir para a Espanha, de nome Márcia?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Eu?

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sim. Conhecia?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não. Nunca ouviu falar na Márcia?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Então. Eu quero esclarecer uma coisa. Eu, em nenhum momento, fazia antes certos tipos de coisa, como elas comentaram. Eu não conheço nada... Dessa vez que eu fui para Salamanca, quando eu estive aqui... Quando eu voltei para Salamanca, foi quando eu conheci Angel. Então, até aí eu não voltei para o Brasil.



**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Claro, mas você estava naquele momento em que algumas mulheres foram levadas para um almoço. Você estava lá nesse dia.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Que almoço?

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Em um restaurante, em uma churrascaria que teve lá para a apresentação.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não, eu não...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - O Denílson, que é seu primo, falou isso.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim, mas o meu primo...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Falou. E você estava lá.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Mas, veja bem...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Foi nesse dia que você... Parece que ele não gostou... Porque duas delas que estavam lá, que foram chamadas também... E a Márcia também estava presente...

Veja o seguinte: o seu nome, na Espanha, não era Renata. Você era conhecida por outro nome. Certo? Mônica.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Hum, hum.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Então você tinha um nome lá e um nome aqui no Brasil, Renata. Ou seja, essa informação é de que nesse dia duas deixaram de ir, uma outra desistiu e mais uma outra foi depois. E nessa noite ele queria que essas meninas, essas jovens pudessem ficar com ele no apartamento onde também estava você. Ou seja, são informações que tem. Você... Essa informação é importante. Se você está aqui é também para dar a sua versão.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Hum, hum.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Ou seja, isso ocorreu de fato?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Eu não estive e nunca presenciei nenhum almoço nem nenhuma janta nem nenhuma reunião com meninas nenhuma, nem com Márcia, nem com meus primos. Unicamente que estive com Angel num local, num local eu chamo num restaurante. Foi somente a vez que eu estive com o dono do hotel e a mulher do dono do hotel, quando...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Uma outra coisa, Renata: no dia 1º de fevereiro deste ano, aconteceu a operação que foi conjunta, de policiais do Brasil e da Espanha.



**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Eles desarticularam uma quadrilha internacional. Libertou aquelas pessoas que estavam mantidas como escravas sexuais naquele país. No momento que houve essa operação, você estava com a sua mãe?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Quando houve essa operação?

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sim.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Quando eles...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Quando chegaram lá e entraram, arrombaram.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não, porque eu vim para o Brasil foi dia 26, eu cheguei, de "enero"... É "enero"?

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sim, de janeiro. Está bem.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Dia 26 eu cheguei aqui.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo. Então, era isso, que já você teria vindo aqui porque... Você sabe que em que toda operação, às vezes, há vazamentos, e muitas vezes vazamentos... Dizem: *"Olha, para não pegar, bota para lá, porque..."*

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Entendo, mas, desculpe...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Vazamento de informações.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Hum, hum.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Vazamento de informações. Aí a operação está sendo montada...

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - ... mas vai lá alguém e diz. Porque nunca um policial entrou lá na casa de festa; aparecia lá fazendo algumas perguntas... Desconfia, não é? Se nunca apareceu e começa alguém a perguntar, quem sabe das coisas sabe que ali tem alguma coisa que vai acontecer. Então, nesta operação, você estava já no Brasil?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Eu já estava no Brasil, com uma passagem de ida e volta para 15 dias. E o motivo...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Para Salvador?



**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não, São Paulo. E o motivo pelo qual eu vim foi porque eu tenho um primo que estava doente de meningite e a minha vó precisa operar.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Esse foi o motivo que eu vim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Está bem, mas a informação que nós temos é que você esteve na Bahia também nesse tempo.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Agora?

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não, nessa vinda, você estaria também...

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Ah, sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - ... na Bahia, está bem?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Hum, hum.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Ali também um caso que chamou a atenção é que o dono da boate ou da casa de festa Vênus e chefe do tráfico de mulheres, Angel Bermudez Motos, que é conhecido por Gitano — e na nossa língua é “Cigano”. Só que nessa operação foi preso um casal, o casal Denílson Pereira Reis, que é seu primo...

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - ... e Elizânia Evangelista. Você conhece a Elizânia?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo. Eles foram presos e acusados de aliciar brasileiras para trabalhar na Espanha. Segundo a Polícia Federal, o casal estava a serviço do espanhol Bermudez, que seria casado com uma brasileira, Renata Gomes Nunes. É você Renata Gomes Nunes?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo. Que não foi presa na operação porque você já estava aqui no Brasil. E quando a Polícia foi procurar, você tinha desaparecido. Tanto você como o Cigano não foram encontrados naquela operação, porque era também para prendê-la e também para prender o Gitano, mas os dois estavam foragidos.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Hum, hum.



**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Foragidos, à época. Então, só pra ter essa informação. Talvez as pessoas não saibam. É bom para que a gente saiba o que está acontecendo.

Antes de sair, de acordo com as investigações, antes de sair do País, algumas garotas passaram por um outro prostíbulo localizado no subúrbio de Salvador, o subúrbio de Paripe. Era uma espécie de casa de preparação, de teste para as garotas. E que também foi convocada, mas não sei se a Polícia também lá de Salvador... que era a Sueli, Sueli dos Santos Estrela. Conhece essa figura?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não, pronto. Você, Renata, que...  
(Pausa.)

A Operação Planeta, é claro que ela teve o momento da operação, mas ela tem continuidade, tanto que você foi ouvida, outras pessoas serão ouvidas. Agora, sei que você pode ficar calada, porque você não está obrigada a construir provas com você. Agora, eu tenho plena convicção de que você está ou esteve envolvida nessa situação toda.

Muito obrigado.

Deputado José Augusto.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Nós estamos acompanhando esta CPI, e todos nós aqui fomos até à Bahia — inclusive o mesmo advogado está. Nós lá escutamos o seu sobrinho, não é?

**(Não identificado)** - Primo, primo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Primo, o seu primo. O Denílson e a sua esposa, que estavam presos, inclusive vieram para fazermos oitivas, como estamos fazendo com você. Você aí está, como a orientação do seu advogado, não ter provas contra você, não criar provas. Você tem todo o direito. Mas, assim, nós observamos, de todo esse levantamento, de tudo que já tudo foi falado aqui, para a gente encurtar a história: o que aconteceu no hotel, que o Cigano bateu em você, que o rapaz do hotel chamou, que você foi lá, tudo acontece — você está confirmando aqui agora. Que lá em Salvador tinha uma academia de ginástica onde as meninas eram, nessa academia, convidadas para depois irem a um restaurante, a uma churrascaria da cidade — inclusive foi contado por algumas meninas que





tiveram esse encontro inclusive com o Cigano e com você. Que depois eram pagas todas as despesas para viajar para o exterior — que a gente sabe quanta despesa, para também encurtar a história —, e as meninas eram levadas para a Espanha, a boate Vênus. E que lá — nós fomos já todos aqui informados — você e o Cigano eram quem... Uma espécie de, como foi dito aqui, pode até ser que não seja... O Russo e a...

**(Não identificado)** - Irina.

**(Não identificada)** - Irina.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Sim, Irina. Então, há inclusive informações — que temos de fontes — de que as meninas, ao chegarem a essa boate... que tinha parte de dança, mas tinha a parte de quartos, de jogos e de tudo isso que foi falado aqui. E que elas, quando chegavam lá, já chegavam com débito, porque passaporte, viagem, tal, tal, tal. E lá tinham o seu ganho. Porque aqui nós chamamos de programa, lá se chama de passe. Cada menina é um passe, é como se fosse um programa. E que um programa por “x” minutos, que é pago 50 euros, fica 30 euros para a menina. A gente pensa: “*Ah, está ganhando bem.*” Só que aí ela tem que pagar 30 euros para o café da manhã, 30 euros para o almoço, 30 euros para o jantar, 30 euros para o quarto, 30 euros para isso. E, no final das contas, sempre, sempre a garota, a menina, fica em débito. Elas têm todo o direito de sair da boate para ir comprar um remédio, para ir a um supermercado, para ir a um *shopping*, a uma loja de roupas, mas, segundo as informações — eu estou te dizendo aqui —, quando elas iam sair, tinham o seu acompanhamento. Informações que temos. E ali, tudo bem, comprava. E que tudo era notado e, ao prestar conta, não sei se diariamente ou semanalmente, nunca tem lucro, porque sempre está pagando. Sempre é débito, débito, débito. E que, somando-se, observando-se, talvez em 6 meses a garota conseguisse pagar esse débito. Talvez! Bem, resumindo tudo aqui, para não ser tão cansativo, a minha convicção — e, acredito, a de alguns aqui — é a de que você não é a grande culpada. Pelo aconteceu com você, de ele bater em você, não uma, mas outras vezes, o que você já confirmou; do sofrimento, depois que você se envolveu com ele... Às vezes, as pessoas entram num negócio, depois não têm mais como sair. Para sair é difícil. E têm que segurar a barra, sofrer, passar a ser cúmplice de tudo, porque senão a violência pode lhe trazer medo.



E eu acho o seguinte: numa CPI como esta, você pode contribuir muito com você, com você mesma, eu estou te dizendo. Você tem todo o direito. Se você falar a verdade, quem sabe? Porque tudo que foi dito aqui, em Salvador, em todo o canto... A Justiça, tudo, promotor, delegado... É um monte de pessoas. Enfim, um juiz vai julgar, não é verdade? E os responsáveis serão punidos, tenha a certeza. E quem sabe talvez você possa contribuir muito com você, se você falar a verdade. Às vezes você é uma pessoa usada, forçada. Não sei, mas pode ser que seja. E se você se omitir de não falar a verdade, no final a culpa vai cair para você. Então, nós estamos aqui para lhe ouvir, para o nosso relatório final, mas que a sua contribuição é de fundamental importância. Até porque todas as pessoas que foram escutadas nesse processo, as vítimas, colocam o seu nome, colocam o nome do Gitano, Cigano. Em tudo, até em chegar em Salvador, a procura, todo aquele esquema montado, que parece uma rede, colocam você dentro desse esquema de prostituição internacional — até podemos chamar assim. Eu acredito que você pode contribuir muito. Eu estou dizendo é para você mesmo. Na outra, o advogado... Tudo bem, o advogado está para orientar, para lhe ajudar. O primeiro depoimento do seu primo, o Denílson, foi altamente... Nós vimos que não tinha verdade. Ele estava querendo se defender ou defender o Cigano ou até você, mas, na realidade, a esposa dele falou a verdade. Mas falou mesmo! Ela disse que todo mundo já sabia que ia para uma prostituição. Quando ela foi dizendo tudo, é claro que o advogado... É um homem inteligente...

**(Não identificado)** - Muito.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Muito inteligente. Está para contribuir, mas às vezes não sei se contribui. Porque às vezes, eu entendo, é um para dizer, mas dezenas para dizer outra coisa. E a gente acredita que a verdade nessa hora, agora, nesta CPI que você está tendo aqui — e ninguém está lhe forçando, estamos deixando você muito à vontade, com o advogado de lado, para dizer o que sente —, talvez a sua contribuição, a sua verdade aqui, salve você e outras pessoas. E os culpados realmente vão para a cadeia. Não tenha medo porque, se mal lhe acontecer... Porque, às vezes: *“Eu vou falar? Mas um esquema desses! Posso eu amanhã desaparecer do mapa!”* Agora não vai mais, não, porque todo o mundo... Olha, isso foi mostrado para o mundo! Qualquer coisa que lhe



acontecer, tem alguém que vai ser marcado. Então, eu acredito que você tem uma grande oportunidade, hoje, aqui nesta CPI, de mostrar essa verdade, de contar o esquema todo. Porque a Justiça, quando observar, vai ver. Talvez você seja uma vítima.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Hum, hum!

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Talvez. Ou não. Pode não ser, mas a sua verdade pode desbaratar tanta coisa que pode estar por trás disso, que nem nós ainda sabemos aqui. Então, eu queria dizer a você que a gente está aqui para ouvir, fazer o nosso relatório, mas digo a você com muita certeza: a sua verdade pode lhe tirar dessa confusão toda que a gente vê, que o País viu, que o mundo viu.

Esta CPI não foi feita agora por causa dessa novela, não. Ela teve uma, claro... Eu acho que as pessoas começaram agora, depois de ver... Em maio do ano passado já foi criado... Nem a novela, ninguém sabia nem que vinha essa novela, mas nós já éramos preocupados com isso no Congresso Nacional.

Então, eu termino aqui a minha indagação a você, dizendo que este é um grande momento para você falar aqui a sua verdade. Se realmente esse esquema tem todo um... Conte, ele vai lhe ajudar, não pense que não vai; lhe ajuda, e muito. O advogado está aí. Ele olha, ri. Mas estou te dizendo: talvez a sua omissão lhe condene muito.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Eu estou te dizendo verdade. Eu disse aos outros, não foi? Inclusive a esposa do rapaz: ela, quando sentiu isso, disse a verdade. Depois, como diz o ditado, desdisse. E ninguém aqui está forçado, ninguém. Agora, te digo: mostra a sua verdade para a gente contribuir, porque isso é uma rede criminosa. E a gente sente isso, quando escutou, quando viu... Há uma menina que foi para o exterior, que passou por esses momentos. É como um cárcere privado mesmo, a dependência. Uma escrava! Fica escrava mesmo, não tem como. E amedrontada, e tem medo. E todo mundo tem medo, muita gente tem. Mas talvez a sua contribuição agora, depois de mostrado para o mundo inteiro, e você aqui com a CPI e pessoas que você está vendo que querem contribuir, eu acho que a sua verdade vai ser muito importante.



Obrigado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Com a palavra...

Quer falar alguma coisa?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim, eu quero falar.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Se você quiser...

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - De nada serve eu seguir falando e falando, se não vão acreditar em mim, porque o que eu tento é falar o que eu sei. Se eu soubesse demais, eu diria mais. Não quero causar dúvida em ninguém, pelo fato de eu me calar certas coisas, porque eu quero esclarecer no juízo. Eu não quero deixar dúvida de que eu tenha podido ter participação. Se cada um deu a sua declaração, seu depoimento, estava tudo no seu direito de fazer. Eu tenho o direito de fazer a minha.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Eu posso te fazer uma pergunta, por exemplo?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Pode.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Essas meninas que iam para a boate, que saíram daqui, elas sabiam a forma que ia acontecer lá? Porque eram oferecidas vantagens e vantagens.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Então, e como respondo eu isso, se eu não estava no momento?

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Então, mas foi dito que você esteve com o Cigano no restaurante com as meninas, quando...

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não estive. Aonde prova que eu estive no restaurante, se eu estive um *rato*, um minuto, um *rato*. Foi o momento de comer. Aonde diz que essas pessoas estiveram comigo?

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Então, o Denílson está mentindo.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Só que Denílson... Porque ele disse isso aí.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA** - Disse o Denílson?



**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Depois disse — ele disse — que recebeu um telefonema seu, dizendo: *“Olha, vai já, antes de mim, vai o Gitano. E você dá toda a cobertura para ele.”*

Mas vamos ouvir agora o Deputado Paulo Freire.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Eu vou falar bem alto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Venha mais pra cá, porque tem que gravar, Deputado.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Não tem problema, dá para ouvir.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Digo isso porque tem que ficar gravado, Deputado.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Sim, mas dá pra ouvir.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Dá?

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Sim.

Sr. Presidente, Deputado Couto, eu gostaria de dizer, antes de fazer uma pergunta aqui, que eu tenho que pegar um voo. Mais ou menos às 14h30, eu tenho que sair daqui. Eu gostaria de aproveitar e fazer um parêntese aqui, para fazer um agradecimento ao Dr. Fernando Grella, que é o Secretário de Segurança Pública de São Paulo, que nos recebeu ontem com muita atenção; ao Dr. Carlos Estracine, que é o assessor especial parlamentar; e ao Dr. Éder, que é o Delegado Titular do 12º DP, do Pari. Essas pessoas ontem nos atenderam, com o caso da prisão que nós tínhamos que efetuar ontem, mas não foi possível. Mas eu quero deixar registrado aqui o nosso agradecimento, o agradecimento desta CPI a estas pessoas que colaboraram, que se dispuseram a nos atender assim, de última hora, e fizeram uma prestação de serviço muito boa a esta CPI. Eu quero deixar registrado aqui o nosso agradecimento.

Agora eu gostaria de fazer algumas perguntas à Sra. Renata, concernente a...

Diante desse caso, a senhora está respondendo aqui aos nossos colegas, e eu quero perguntar isto: a senhora está respondendo a algum processo judicial?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Aqui?

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Sim, aqui no Brasil.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - E fora do Brasil, lá na Espanha?



**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Respondendo?

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Sim.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Tenho esse daqui, esse que tenho que responder daqui, desse caso.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Aqui no Brasil. E lá na Espanha também?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Também.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - O.k.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Tenho que responder.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Já respondeu a algum inquérito policial antes desse caso, aqui no Brasil ou fora do Brasil?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não. Aqui no Brasil, não.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - E fora do Brasil? Lá na Espanha?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Fora do Brasil, nada a ver com esse tema.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Sim, mas teve algum envolvimento em outro tema com a Justiça?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Uma agressão que me fez um ex-namorado, e eu coloquei uma denúncia.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - O.k. A senhora ainda tem alguma comunicação, alguma conversa, ou pelo menos fala com o seu primo, o Denílson?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Nunca mais conversou com ele, depois da prisão dele, depois que ele foi solto? Porque ele já foi solto, não é?

**(Não identificado)** - Foi solto ontem.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Sim. Depois disso, a senhora... Nem um telefonema para cumprimentá-lo, nada?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não. É que eu não tenho contato com eles, assim. Foi só mesmo essa vez. E, antes disso, tampouco eu tinha contato nenhum.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Foi a primeira vez que a senhora viajou com o Gitano para o Brasil?



**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Eu viajei sozinha. Ele já estava aqui.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Eu digo: com ele, foi a primeira vez?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Foi a primeira vez.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - E, fora do Brasil, outras viagens foram realizadas com ele alguma vez?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Eu nunca viajei com ele. E fora da... Só Espanha e aqui, Brasil.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Qual é a sua opinião concernente a esta prisão do seu primo, envolvido em toda essa situação com o Gitano?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Minha opinião?

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Não é seu primo o Denílson?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Minha opinião?

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Sim. O que a senhora achou dessa situação?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não sei.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Eu ouvi a senhora dizer que o contato com o seu primo foi a senhora que fez, não é? Quando ele veio aqui, a senhora apresentou o seu primo. Antes disso, o Gitano não conhecia o Denílson?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Por mim, não. Eu não... Creio que não.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Não conhecia. Quem apresentou o Gitano — ou o Denílson para o Gitano — foi você?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não, não apresentei. O Gitano chegou aqui sozinho.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - E como é que ele conheceu o Denílson? Ah, você tinha dito a ele que você tinha um primo aqui, e ele veio e procurou o seu primo, é isso?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - É, foi procurar no aeroporto, foi a recorrer.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Foi antes de vocês chegarem?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Foi.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Foi antes de vocês chegarem?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Foi.



**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Ele veio aqui ao Brasil sozinho, o Gitano, e ele teve esse encontro com o Denílson, é isso?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Foi aí que eles começaram a ter uma amizade?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Você não tinha nenhum conhecimento de que, tanto o Denílson com a esposa, eles tinham essa relação de trabalho, podemos assim dizer, com o Gitano?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Trabalho?

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Esse trabalho de pegar as pessoas daqui e mandar para a Espanha.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não, eu não tinha nenhum conhecimento. Ademais, ele nunca me disse que ia vir fazer nada disso. Ele tem amigos... Esse que é do hotel, é amigo dele. E ele tem outro amigo, que se chama Jorge, acho que é de Goiânia.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - É brasileiro o Jorge, ou espanhol?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Espanhol.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Você disse que o Gitano te agrediu.

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Ele te agrediu. Você tem algum conhecimento, lá na Espanha, de alguma daquelas brasileiras que trabalhavam na boate dele, ou outra que não seja brasileira, mesmo sendo hispana, de alguma vez ele ter agredido algumas pessoas como ele agrediu você? Ele era conhecido como uma pessoa agressiva, muito enérgica, com essas meninas que trabalhavam com ele?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não, com as meninas não. Gente que eu conhecia, amigos meus, sempre me falou: "*Cuidado, que essa pessoa aí é perigosa.*" Conhecido em Salamanca. Ele é salamanquenho, vindo de...

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Salamanca?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Nascido, sim. E diziam: "*Ó, toma cuidado, que ele não é boa pessoa, não. Cuidado. Se qualquer coisa te acontecer,*





*me fala.*” Muitas pessoas falaram isso, *pero* presenciado que ele tenha feito alguma coisa, não.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Não presenciado, mas não teve nenhum conhecimento de que ele já havia agredido algumas pessoas que trabalham com ele, essas meninas brasileiras?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Você nunca teve algum conhecimento? *“Ele gritava muito com elas...”* Alguma coisa que elas não trabalhavam bem, e ele...

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Não teve isso? Então, a primeira pessoa que realmente ele agrediu, que você tem conhecimento, foi você mesma, é isso?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - É isso, sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Está bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu queria perguntar à Sra. Renata se a senhora ainda tem alguma coisa que queira nos informar, se a senhora deseja nos dizer mais alguma coisa, além de tudo que foi perguntado, que possa nos ajudar a esclarecer a situação ou que a senhora queira registrar?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Não havendo mais nada, então eu lhe agradeço pela sua contribuição aqui, nos esclarecimentos. Agradeço ao seu advogado, seu defensor. E a senhora, da nossa parte, está dispensada. Desejo boa sorte para a senhora, está bem?

**A SRA. RENATA GOMES NUNES** - Obrigada.

*(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Nós temos ainda uma oitiva a realizar aqui de uma pessoa que foi vítima, mas eu queria solicitar ao pessoal que está fazendo o registro, a imprensa, que nos deixe à vontade, porque essa moça não está acusada de nada. Ela é apenas uma colaboradora da CPI. Por isso, não temos por que expô-la. Ela é vítima, inclusive. Portanto, nos pediu, e nós temos



obrigação de garantir o direito de não fazer nenhum registro de qualquer natureza, muito menos fotográfico a ela.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Nós temos algumas pessoas aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, nós vamos já...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - ... que podem dar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Vou franquear a palavra, Deputado. Só um minutinho. Então, eu pediria à assessoria... Manoel, nós vamos ouvi-la aqui, mas sem registro, por causa da gravação, não é?

**(Não identificado)** - Pode gravar lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Pode gravar lá? Então, tudo bem. Ele preferiu que a gente faça lá. As entidades e autoridades que queiram nos acompanhar, podem fazê-lo, mas não podemos apenas expor porque não é caso de acusação.

Agora, como nós estamos em audiência pública, não vou encerrar a sessão, porque nós vamos ouvi-la. Ainda há um outro caso que está dependendo da Polícia, de uma autorização judicial.

Eu queria franquear a palavra para os nossos convidados, entidades e instituições que estão presentes nesta audiência pública. Eu sei que algumas já solicitaram para se manifestar. Nós queríamos franquear.

**(Não identificado)** - Antes ou depois de ouvir a vítima?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, agora; antes, porque é o tempo em que o pessoal prepara a sala, e a gente está correndo um pouco contra o tempo também.

Pois não, doutora. A gente pede só para se identificar, porque está sendo taquigrafado. Há microfone sem fio aqui e os microfones que estão abertos nas mesas, para quem preferir.

**A SRA. CLÁUDIA LUNA** - Boa tarde, Exmo. Sr. Presidente, Deputado Arnaldo Jordy, Exma. Deputada Flávia Moraes, Relatora desta CPI, e Exmos. Deputado Paulo Freire, Deputado Luiz Couto, Deputado José Augusto Maia e demais membros da plenária. Boa tarde!

Eu sou Cláudia Luna, Vice-Presidente do Movimento contra o Tráfico de Pessoas, uma articulação em nível nacional, que hoje conta com aproximadamente



300 instituições filiadas da sociedade civil ao longo do nosso País que trabalham na perspectiva da prevenção e também no *advocacy* na temática do tráfico de pessoas.

O motivo da minha intervenção aqui, neste momento, nesta CPI — eu agradeço a oportunidade do convite, é para que nós possamos relatar e apresentar a nossa pesquisa realizada pelo movimento com o tráfico de pessoas, que até gostaríamos de disponibilizar, porque pensamos que poderá subsidiar e auxiliar nos trabalhos desta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Nós temos todo o interesse, viu, Dra. Cláudia?

**A SRA. CLÁUDIA LUNA** - Essa pesquisa é um diagnóstico realizado em âmbito nacional pelas entidades integrantes desse movimento contra o tráfico de pessoas. Essa pesquisa é realizada com pontos focais, no caso, essas entidades que são filiadas ao nosso movimento, que estão aí em várias localidades do nosso País e realizam essa pesquisa, esse diagnóstico acerca da situação do tráfico de pessoas nessa localidade e dos núcleos dos equipamentos, e de como aquela localidade tem conhecimento e acesso aos núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas, aos postos de atendimento aos migrantes e faz uma análise, na verdade, uma avaliação da política nacional e do primeiro plano nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas no período de 2008 a 2012.

Então, o objetivo dessa pesquisa é a avaliação da implementação do primeiro Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, a eficácia e eficiência das ações do plano, além de avaliar em que medida as políticas de atendimento e proteção às pessoas em situação de tráfico vêm sendo efetivadas pelos núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas e postos humanizados de atendimento aos migrantes e o quanto essas políticas e essas ações são eficazes para interditar o ciclo da revitimização das pessoas cujas vidas foram comercializadas.

Então, essas informações foram colhidas através de pesquisas de campo. A partir delas, foi possível avaliar a eficiência e a eficácia das ações de prevenção, repressão, responsabilização e atendimento às pessoas em situação de tráfico de pessoas desenvolvida em nível nacional pelos núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas e postos humanizados de atendimento aos migrantes durante o período de 2008 a 2012.



A pesquisa consistiu na avaliação da política, analisou a atuação dos núcleos e dos postos de atendimento aos migrantes, ressaltou aspectos relevantes para a consolidação de uma política pública de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil focada na proteção integral das pessoas nessa situação de tráfico de pessoas.

Ao final, mais ou menos daqui a 2 semanas, nós disponibilizaremos todo o conjunto de gráficos e dados estatísticos relativos a essa pesquisa. Dentre os objetivos específicos dessa pesquisa, consistem aqui a identificação das diferentes formas e estratégias utilizadas no atendimento dos casos realizados pelos núcleos e postos humanizados de atendimento aos migrantes, quantificar e analisar os casos exitosos atendidos pelos núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas, frente à interdição do ciclo e revitimização, fazer recomendações focadas nas políticas de acolhimento e proteção às pessoas em situação de tráfico.

Então, a pesquisa é uma metodologia utilizada de acordo com David Trip, com toda tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada para aprimorar a prática. Falamos aqui um pouco da metodologia que utilizou como instrumento de trabalho um formulário com perguntas abertas e fechadas e entrevistas livres, além de pesquisa de campo, pesquisas realizadas *in loco*.

Após a análise das respostas dos formulários às entrevistas, o projeto coletou informações próprias que juntamente com todos os dados e documentos governamentais e não governamentais foram objeto de tratamento científico e fizeram parte do relatório final.

Como análises reflexivas, a pesquisa realizou observações sobre a macropolítica. Dentre elas, observamos no Item 1 ausência de um marco legal, fazendo uma observação sobre a macropolítica. No item 2, a inexistência de um orçamento específico para o desenvolvimento de ações tanto em nível federal — no caso, faltam dotações orçamentárias. Verificamos dotações orçamentárias pulverizadas e ausência ou pouco investimento nos orçamentos dos governos estaduais; Item 3: inexistência de dados oficiais; Item 4: inexistência de uma pesquisa diagnóstica acerca das características do tráfico de pessoas em nível nacional e internacional; Item 5: inexistência de um fluxograma nacional de atendimento às pessoas em situação de tráfico de pessoas. Não há um fluxograma



onde nós tenhamos um mapa e um diagnóstico preciso com dados acerca da prevenção, responsabilização, repressão e atendimento integral às pessoas em situação de tráfico. Item 6: maior ênfase no tráfico de pessoas internacional do que no tráfico interno. Esse é um dado muito sério; quer dizer, nós estamos ainda focalizando com mais evidência, estamos valorizando muito mais o que acontece no tráfico de pessoas para fins internacionais do que analisando, diagnosticando e combatendo o tráfico que acontece dentro do nosso País.

A inexistência de um sistema de proteção às pessoas em situação de tráfico. O Provisa só protege caso as vítimas prestem um serviço, ou seja, que elas possam... caso elas colaborem, enquanto testemunha, e a Justiça e a Polícia, não é? E isso vai contra, frontalmente contra, ao que dispõe o Protocolo de Palermo.

Depois, verifica-se: a pesquisa também indica a inexistência de uma rede de acolhimento especializada no atendimento às pessoas em situação de tráfico.

Há um baixo nível de articulação entre as instituições indicadas pelos núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas, os postos de atendimento aos migrantes e a Secretaria Nacional de Justiça, que compõem a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Existe uma evidente fragilidade no fomento da cooperação entre os órgãos públicos, organizações da sociedade civil.

Inexistem políticas de inclusão social para as pessoas em situação de tráfico no momento de retorno aos seus locais de origem.

Há também uma baixa capacidade de reduzir as situações de vulnerabilidade ao tráfico de pessoas; quer dizer, não há uma política ou ações que fortaleçam esses grupos vulneráveis, ou seja, não há o *empowerment* desses grupos.

A pesquisa também verifica poucos investimentos na formação dos profissionais que compõem as equipes técnicas dos núcleos e postos de atendimento.

E, por último, nas observações da macropolítica, evidencia-se total ausência de monitoramento ou avaliação das ações.

Então, sobre a micropolítica, a pesquisa dá conta de que há a ausência de documentação. Isso daqui... a micropolítica é uma análise que se faz mais detidamente, de maneira mais direta, a respeito da configuração do que foi



observado no âmbito dos Estados. Então, observa-se aqui que há uma ausência de documentação...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu pediria... Desculpe-me... Eu pediria só, se a senhora puder agilizar um pouquinho, porque a nossa... Nós temos... Já está pronta lá, e nós temos outras pessoas para ouvir.

**A SRA. CLAUDIA LUNA** - O.k. Pode deixar então...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Porque nós fazemos questão de que a senhora não saia daqui com esse relatório, sem nos entregar...

**A SRA. CLAUDIA LUNA** - Não, pode deixar. Então, serei breve, e já está no final.

Então, em relação à micropolítica, inexistem documentações, registros ou relatórios; há uma evidente perda da memória histórica, principalmente quando há mudança de gestão no Governo. Então, não há uma continuidade. De um Governo para outro, existe toda uma perda de memória histórica, em especial, nos núcleos de enfrentamento e nos postos também.

Há uma ausência de produção e sistematização de conhecimento. Não existe uma prestação de contas à sociedade, uma *accountability* democrática.

Baixa visibilidade social dos núcleos. Isso aí é até interessante nós dizermos: quando nós ligávamos ou até os nossos pontos focais perguntavam à população “*Você conhece o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico? Você sabe que existe o Posto de Atendimento ao Migrante?*” As pessoas diziam, “*O quê é isso? Onde tem?*” Isso porque não existe uma divulgação desses serviços, que são serviços públicos e voltados para a população nas localidades em que se encontram.

Isso é muito sério. Como a população vai levar ao conhecimento dos núcleos uma demanda, se a população não sabe que esses equipamentos existem? Isso é uma coisa muito séria e foi verificada por nós em relação a essa análise.

Então, há também uma alta rotatividade dos profissionais que compõem as equipes dos núcleos, ou seja, não há uma continuidade. Isso é péssimo porque também reflete a descontinuidade desse trabalho realizado.

Então, inexistente uma política de desenvolvimento humano, recursos humanos, capaz de garantir a permanência e a especialização dos profissionais que lá atuam, nesses núcleos e postos.



Os núcleos e postos, em sua maioria, não possuem equipes multidisciplinares. Nós observamos que existem profissionais, servidores ou contratados meramente na área para realizar trabalhos na esfera administrativa. Isso também é um dado relevante.

Inexiste ou há pouco investimento nos programas de capacitação.

Não existe uma rede estruturada com vistas ao acolhimento das pessoas em situação de tráfico. Não existe a rede ou, se existe, ela foi desmobilizada, desarticulada.

Só para terminar aqui, não há também o fluxograma de atendimento às pessoas em situação de tráfico; não existe o monitoramento quando essas pessoas, em situação de tráfico, retornam aos seus países ou às suas localidades de origem. Existe uma baixa capacidade de interditar os ciclos de revitimização.

Ou seja, em suma: quando nós fazemos a análise da micropolítica, e a pesquisa faz isso, é óbvio que não se faz o atendimento às pessoas em situação de tráfico. Não existe isso.

Conclusão: então, o Estado brasileiro apesar de, há quase 2 décadas, estar trabalhando e implementando, criando políticas públicas e planos para trabalhar na questão do tráfico de pessoas, os postos e os núcleos são equipamentos que ainda não dão conta e não chegam sequer próximos a dar conta, ou a solucionar, ou pelo menos atender, de maneira preventiva, ou nos demais eixos, a essa situação do tráfico de pessoas.

Então, a sociedade civil, apesar de resistir bravamente à inexistência de um sistema de proteção capaz e preservar a integridade física e psicológica das pessoas em situação de tráfico, não consegue alterar esse cenário político que ora se apresentava estático, ou ora indiferente e, por vezes, até omissivo diante das dificuldades vivenciadas pelas pessoas aliciadas pelas redes criminosas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k.

**A SRA. CLAUDIA LUNA** - Então, os avanços, nós temos aí o segundo plano. Os objetivos do segundo plano são amplos, e esse plano foi construído com a efetiva participação da sociedade civil. E nós temos muita esperança nesse plano que se desenvolve com linhas operativas. E também, como avanços, nós destacamos, a pesquisa destaca as CPIs do Senado e da Câmara dos Deputados,



que desenvolveram um excelente trabalho expressando o compromisso do Poder Legislativo com o enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil.

E essa pesquisa também traz algumas recomendações, dentre as quais a construção do marco legal; rever o projeto de lei de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas; a destinação de orçamentos específicos para o desenvolvimento de políticas públicas e enfrentamento ao tráfico de pessoas; ainda, o fortalecimento da rede de proteção integral às pessoas em situação de tráfico; a criação de um banco de dados oficiais; o monitoramento permanente das ações; a formação do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com órgãos tanto da esfera governamental, quanto da sociedade civil; e, por último, o fortalecimento da retaguarda e proteção integral às pessoas em situação de tráfico por meio de atendimento especializado em casas-abrigos.

Então, há necessidade, sobretudo, de que os núcleos estaduais estejam em perfeita consonância com o que dispõe a portaria que os criou, a Portaria nº 31/2009 e com a nº 41/2009, que estão em total desatenção. Estão inclusive violando os ditames da política e do Plano Nacional.

Seria isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Muito obrigado. Obrigado, Dra. Claudia.

**A SRA. CLAUDIA LUNA** - Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Não se esqueça de deixar a cópia...

**A SRA. CLAUDIA LUNA** - O.k. Pode deixar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - ... para a nossa observação. Nós vamos... Várias das suas recomendações já constam do nosso relatório parcial...

**A SRA. CLAUDIA LUNA** - Com certeza. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - ... mas, com certeza, vai ser de muita ajuda.

**A SRA. CLAUDIA LUNA** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora tem que participar de todas as audiências nossas aqui e tem trazido a sua contribuição.





**A SRA. CLAUDIA LUNA** - Obrigada, obrigada. E vamos também encaminhar, Deputados, Presidente, alguns casos que chegaram ao nosso conhecimento, de denúncias. O. k?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, à vontade.

**A SRA. CLAUDIA LUNA** - Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado.

Nós facultamos ainda a palavra a quem queira fazer dela uso... *(Pausa.)*

Não havendo... Nós vamos então transferir a nossa audiência... É, nós vamos transferir a nossa audiência pública para o caráter reservado — eu consulto se alguns dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas têm alguma coisa a opor a isso — para ouvirmos a última, ou a penúltima... Estamos aguardando ainda uma orientação do Juiz da Comarca para saber da possibilidade de ouvir o Sr. Lourivaldo Pereira de Jesus, que está preso, acusado de manter em cárcere privado mulheres aqui, no Município próximo, São José... São Miguel Paulista, perdão.

Mais uma vez, eu insisto: se alguém ainda tem mais alguma colocação a fazer...

Não havendo, a gente, então, vai acompanhar o depoimento. As entidades e instituições que quiserem nos acompanhar podem ficar à vontade, poderão participar da reunião também.

Eu suspendo, então, momentaneamente, a nossa audiência.

Obrigado.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom, retomando às nossas atividades, ouvido o depoimento da Sra. Adriana Silva Carvalho, nós queríamos declarar encerrada esta audiência pública aqui realizada, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no Auditório José Bonifácio.

Desejando uma boa-tarde e um bom final de semana a todos, declaro encerrados os trabalhos desta CPI pelo dia de hoje.